

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Carla Maria Ariano Destro

**ESTUDO SOBRE LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM ADOLESCENTES  
INFRATORES INSTITUCIONALIZADOS**

MESTRADO EM FONOAUDIOLOGIA

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Carla Maria Ariano Destro

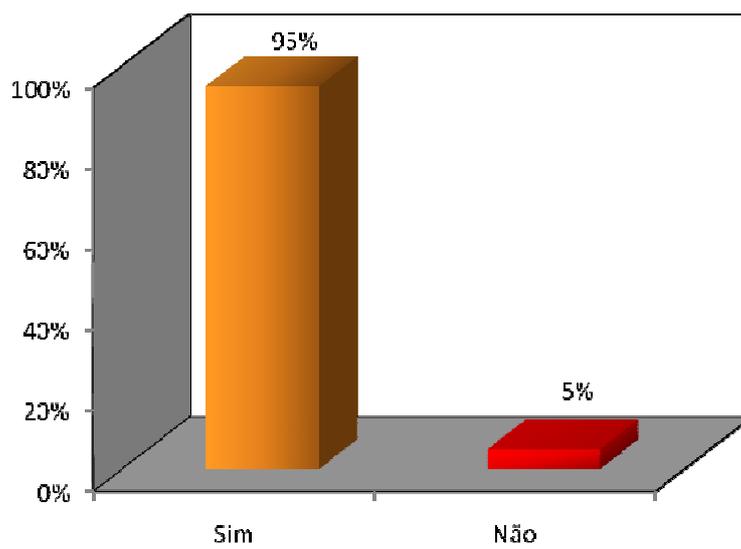
**ESTUDO SOBRE LINGUAGEM ORAL E ESCRITA EM ADOLESCENTES  
INFRATORES INSTITUCIONALIZADOS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Fonoaudiologia, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Augusto de Paula Souza.

São Paulo

2011

Errata: Na página 49, onde se lê na Figura 7, 95% Não e 5% Sim, deve-se ler: 95% Sim e 5% Não.



**FIGURA 7** – Porcentagem de sujeitos alfabetizados e analfabetos

Destro, Carla Maria Ariano.

Estudo sobre Linguagem Oral e Escrita em Adolescentes Infratores  
Institucionalizados/ Carla Maria Ariano Destro. – São Paulo, 2011. 96f.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia. Área de Concentração:  
Clínica Fonoaudiológica. Linha de Pesquisa: Linguagem, Corpo e Psiquismo.  
Orientador: Luiz Augusto de Paula Souza.

Study of Oral and Written Language in Adolescents Institutionalized Offenders.

1. Estudos de linguagem
2. Delinquência juvenil
3. Adolescente institucionalizado
4. Institucionalização

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução parcial ou total desta dissertação através de fotocópias ou meios eletrônicos

---

**Carla Maria Ariano Destro**

São Paulo, janeiro de 2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia

**Coordenadora do Curso de Pós-Graduação**  
Profa. Dra. Léslie Piccolotto Ferreira

**Vice-coordenadora do Curso de Pós-Graduação**  
Profa. Dra. Dóris Ruth Lewis

**Banca Examinadora:**

---

---

---

*Dedico esse trabalho a minha mãe Izabel, por me apoiar e me amar incondicionalmente.*

*Ao meu namorado Adriano pela dedicação, confiança e admiração depositadas.*

*Sem vocês nada disso seria possível. A vocês, meu amor e gratidão eternos.*

## *Agradecimentos*

*Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Augusto de Paula Souza (Tuto), pela disponibilidade, carinho e acolhimento. Não tenho palavras para descrever a admiração que sinto, muito obrigada pela dedicação e orientação para construção desta pesquisa.*

*A Excelentíssima Sra. Dra. Mônica Ribeiro de Souza Paukóski MM. Juíza Corregedora Permanente da Fundação Casa por ter viabilizado a pesquisa com os jovens infratores internos.*

*A Sra. Oscarina M. de Andrade Neta Rodrigues, Diretora da Unidade UI25 – Rio Negro de Franco da Rocha, pela atenção e disponibilidade novamente durante a coleta de dados.*

*À Neide, do departamento administrativo da UI25 – Rio Negro, pela colaboração, apoio e carinho durante a realização da coleta de dados.*

*Aos Agentes Socioeducativos e aos Coordenadores de Pátio da UI25 - Rio Negro de Franco da Rocha, pela disponibilidade, respeito e cooperação durante a coleta de dados.*

*À Fundação Casa e todos os funcionários pela eficiência e seriedade durante a realização desta pesquisa.*

*À Professora Dra. Vera Lúcia Ferreira Mendes pelas valiosas pontuações do exame de qualificação, pela colaboração e ensinamentos dados para a finalização desta pesquisa.*

*À Professora Dra. Noemi Takuchi, pelas importantes contribuições no exame de qualificação e pelo carinho desde a graduação.*

*À Professora Dra. Maria Cláudia Cunha, pelo acolhimento durante a realização do estágio docente na Deric, pelas valiosas pontuações durante toda realização da pesquisa, e pelas aulas ministradas com tanta dedicação e talento.*

*À Professora Dra. Ana Luiza Gomes Pinto Navas, pelo apoio e carinho durante este percurso.*

*À minha mãe Isabel, pelo investimento e contribuição em minha formação, pelas discussões esclarecedoras durante a pesquisa e por todo amor dado.*

*Ao meu namorado **Adriano**, pela presença e apoio constantes, pelo amor e respeito, pelas palavras de carinho nos momentos mais difíceis.*

*À fonoaudióloga **Natally Ribeiro**, minha amiga. Que eu admiro e que me ajudou nos momentos difíceis, e esteve ao meu lado para torná-los mais fáceis.*

*À fonoaudióloga **Priscila Haydée**, pela amizade, pelas conversas, pelas risadas e por ser acolhedora e carinhosa.*

*À amiga especial **Nathalia Zambotti**, pelas conversas e colaborações compartilhadas.*

*Ao meu irmão **Francisco**, pelo apoio e carinho sempre dedicados.*

*Aos meus tios **Manoel e Silvana**, pelo apoio e confiança dedicados, tornando possível a realização desta pesquisa.*

*Às amigas especiais que colaboraram com a finalização desta pesquisa, **Ana Beatriz Ferreira Bertolo e Caroline Dupp**.*

*Aos **amigos e familiares**, que mesmo distantes demonstraram amor e carinho, não tenho palavras para traduzir o que cada atitude significou nesta jornada, que um dia me seja possível retribuir todo o carinho e apoio.*

*A todo **corpo docente** do curso de Pós-Graduação em Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que me transmitiu conhecimentos que tornaram possível realizar essa pesquisa.*

*À **Virgínia**, secretária da Pós-Graduação em Fonoaudiologia da PUC-SP, pela ajuda, carinho e respeito que trata os alunos.*

*À **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** pela excelência de ensino, apoio e respeito aos alunos.*

*À **Capes**, pela bolsa de estudos concedida.*

*Introdução:* A delinquência juvenil, associada à complexas consequências sociais, tem merecido estudos e investigações, que se estendem pelos diversos domínios das ciências sociais e humanas. As dificuldades de ajustamento escolar, de aprendizagem, podem estar também relacionados à transtornos de linguagem, o que levaria à limitações cognitivas e lingüísticas, contribuindo no desajustamento social e no comportamento do jovem infrator. *Objetivo:* Mapear e caracterizar a ocorrência de distúrbios de comunicação oral e/ou escrita em um grupo de jovens infratores institucionalizados, verificando possíveis impactos das dificuldades de linguagem e de comunicação na vida social desses sujeitos. *Método:* Este projeto configura um estudo exploratório e descritivo, que estima a ocorrência e caracteriza dificuldades comunicativas (orais e escritas) em um grupo de jovens infratores institucionalizados. Foram sujeitos da pesquisa 40 internos da Fundação Casa, unidade UI 25 – Rio Negro, do complexo da cidade de Franco da Rocha - SP. Os jovens tinham entre 15 e 18 anos. Para a coleta de dados, foram aplicados o Teste do Mini-Exame do estado mental – MMSE, que tem como objetivo detectar os indivíduos que possam apresentar déficit cognitivo; o Teste Montreal, que analisou em cada indivíduo as habilidades simples de linguagem oral e escrita; e uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro versou sobre Saúde Geral, Trajetória Escolar, Trajetória Profissional e percepções sobre o comportamento infracional. *Resultados:* Nos resultados obtidos verificou-se que a maior parte da população era alfabetizada e que não houve ocorrência de déficits cognitivos. Houve índice alto de abandono escolar relatado, oriundo das dificuldades em acompanhar os conteúdos escolares e em se adaptar às regras e dinâmica escolar. Percentual significativo de sujeitos referiu uso de drogas. *Conclusão:* Este estudo leva a refletir sobre problemas que os jovens infratores apresentam em termos de integração social, condições para se desenvolver e se engajar a valores e normas sócio-culturais, como também escolares, dando indício, entre outros fatores, do impacto social que a precária escolarização dos jovens pode ajudar a acarretar. O estudo demonstra que a linguagem deve ser pensada como prática social. A auto-estima reduzida, as dificuldades para se relacionar com outras pessoas; para se adaptar e ter bom rendimento escolar ou para conseguir ocupação profissional estável, expõem esses adolescentes a constrangimentos, que acabam por produzir impotência e revolta em uma fase delicada do desenvolvimento que é a adolescência, o que gera dificuldades de adaptação social, podendo afetar a linguagem e, sobretudo, as formas de expressão e de comunicação desses sujeitos.

*Palavras-chave:* Estudos de linguagem, Delinquência juvenil, Adolescente institucionalizado e Institucionalização.

*Introduction:* Juvenile delinquency, associated with complex social consequences, has received research and studies, extending across the various fields of social sciences and humanities. The difficulties in school adjustment, learning, may also be related to language disorders, which can lead to cognitive and linguistic limitations, contributing to social maladjustment and behavior of young offenders. *Objective:* To map and characterize the occurrence of disturbances of oral and / or writing in a group of institutionalized juvenile offenders, checking possible impacts of language difficulties and communication in the social life of these subjects. *Method:* This project sets an exploratory and descriptive study, which estimates the occurrence and features communicative difficulties (oral and written) in a group of young offenders institutions. The research subjects were 40 internal *Fundação Casa*, IU 25 unit - Rio Negro, from the complex of Franco da Rocha city - SP. The youths were aged between 15 and 18. To collect the data were applied the test Mini-Mental State Examination - MMSE, which aims to detect individuals who may have cognitive impairment; the Montreal test, which examined the abilities of each individual simple oral and written language, and a semi-structured interview, whose script was about General Health, School Path, Path Vocational and perceptions of criminal behavior. *Results:* The results showed that the majority of the population was literate and there was no occurrence of cognitive impairment. There was a high school dropout rate reported, arising from difficulties in following the school curriculum and to adapt to the rules and school dynamics. A significant percentage of subjects reported using drugs. *Conclusion:* This study leads us to reflect on problems that young offenders have in terms of integrating social conditions to develop and engage the values and socio-cultural norms, as well as schoolchildren, giving evidence, among other factors, the social impact that the poor education of young people can help bring. The study demonstrates that the language should be thought of as social practice. Self-esteem, difficulties in relating with others; to adapt and have good academic performance or to achieve stable occupation, exposed to these adolescents constraints, which tend to produce helplessness and anger at a delicate stage of development is adolescence, which creates difficulties in social adaptation, which may affect the language and, above all, forms of expression and communication of these subjects.

*Keywords:* language studies, Juvenile Delinquency, Teen institutionalized and Institutionalization.

# Sumário

<b>1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2- REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE JOVENS INFRATORES INSTITUCIONALIZADOS.....</b>	<b>8</b>
<b>2.2. REDES SOCIAIS E LINGUAGEM DO JOVEM INFRATOR INSTITUCIONALIZADO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E SUAS ALTERAÇÕES .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4. DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO EM JOVENS INFRATORES INSTITUCIONALIZADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>3- OBJETIVO .....</b>	<b>36</b>
<b>4- MÉTODO.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1. SELEÇÃO DOS SUJEITOS .....</b>	<b>39</b>
4.1.1. Critérios de Inclusão.....	39
4.1.2. Critérios de Exclusão .....	40
<b>4.2. PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>40</b>
<b>5- RESULTADOS.....</b>	<b>43</b>
<b>6- DISCUSSÃO .....</b>	<b>56</b>
<b>7- CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>71</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b>	Média de acertos nas provas de compreensão oral de palavras, compreensão oral das frases simples e compreensão oral de frases complexas .....	45
<b>Figura 2-</b>	Média de acertos nas provas de compreensão das palavras escritas, compreensão das frases simples escritas e compreensão das frases complexas escritas .....	45
<b>Figura 3-</b>	Média de acertos totais nas provas de compreensão oral e compreensão escrita .....	46
<b>Figura 4-</b>	Média de acertos totais nas provas de cópia e ditado .....	47
<b>Figura 5-</b>	Média de acertos nas provas de leitura de palavras e de leitura de frases .....	47
<b>Figura 6-</b>	Média de acertos nas provas de imitação de palavras e frases e nomeação de figuras .....	48
<b>Figura 7-</b>	Porcentagem de sujeitos alfabetizados e analfabetos .....	49
<b>Figura 8-</b>	Porcentagem de indivíduos com e sem práticas profissionais .....	50
<b>Figura 9-</b>	Porcentagem de sujeitos que abandonaram e que não abandonaram a escola .....	50
<b>Figura 10-</b>	Porcentagem dos sujeitos que possuíam ou não dificuldades escolares .....	51
<b>Figura 11-</b>	Porcentagem dos sujeitos que usaram ou não algum tipo de droga	51

## **LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1** – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

**Anexo 2** – Carta de Autorização para Fundação Casa

**Anexo 3** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Anexo 4** – Roteiro de Entrevista

**Anexo 5** – Protocolo do Teste Mini-Exame do Estado Mental

**Anexo 6** – Protocolo do Teste Montreal

*“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.*

*Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.*

*E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”*

*Cora Coralina*



As pesquisas que investigam as ligações entre competências linguísticas e comportamento social podem ajudar na compreensão do perfil dos chamados jovens de alto risco. Vários autores têm se dedicado a investigações científicas que visam identificar os déficits de linguagem em jovens infratores de seus respectivos países.

Realizei meu trabalho de conclusão de curso de Fonoaudiologia no ano de 2008, com pesquisa voltada à investigação de possíveis problemas de comunicação em adolescentes em conflito com a lei; problemas estes passíveis de observação no espaço de Internação, onde esses jovens se encontravam confinados: Unidade 29 Tapajós do complexo de Franco da Rocha da Fundação Casa, do Governo do Estado de São Paulo (Destro e Gurgueira, 2008).

Por meio de testes de simples resposta, levantaram-se dados sobre o domínio de habilidades cognitivas e linguísticas (oral e escrita) básicas. Além disso, apliquei um pequeno questionário, levantando informações gerais sobre condições de vida (escolar e profissional) e de saúde. Naquela pesquisa, buscou-se caracterizar possíveis dificuldades de comunicação da população estudada, em nível metalingüístico e por eventuais limitações cognitivas. Sem dúvida, a dimensão metalingüística não pode ser negligenciada, considerando sua utilidade no cotidiano das relações pessoais e de aprendizagem. Porém, outras perspectivas também devem ser levadas em conta. Foi isso que motivou o desdobramento do estudo em nível de mestrado.

A dissertação de mestrado parte, então, do desejo de aprofundar a pesquisa anterior, ampliando o número de sujeitos pesquisados e incorporando a análise de aspectos discursivos da linguagem, que permitam pensar também certas dimensões sociais desses jovens infratores.

Foram mantidos, na pesquisa, os testes aplicados em 2008, na condição de

referenciais formais aos usos da linguagem oral e escrita pelos sujeitos estudados, mas agora contornados pela escuta a aspectos discursivos e sócio-afetivos. Nesse sentido, no método da pesquisa, substituímos o questionário anteriormente utilizado, por uma entrevista semi-estruturada, que complementa a coleta de dados, oferecendo-lhe elementos narrativos sobre representações e significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa à sua condição de saúde (inclusive uso de drogas, pois isso se mostrou muito frequente entre os adolescentes da pesquisa) e suas experiências de vida: escolares e/ou profissionais.

A escolha por enfatizar, nas entrevistas com os adolescentes, suas trajetórias escolares e/ou profissionais se deveu à consideração de que os comportamentos infracionais não são, em geral, engendrados por uma suposta índole dos sujeitos, mas frequentemente motivados pela precariedade das estruturas familiar e social e, em consequência, por tentativas malogradas de pertencer a espaços sociais destinados à satisfatória inclusão social e ao desenvolvimento da cidadania.

Vários autores reiteram a posição assumida acima. Vejamos alguns exemplos. Tavares (2001) afirma que tentativas frustradas de aprendizagem podem levar à indisciplina. Muitos estudantes são multirrepetentes e apresentam histórico de não adaptação ao cotidiano escolar. Assis e Constantino (2005), na mesma direção, dizem que adolescentes em conflito com a lei tendem a ter poucos anos de estudo, com abandono escolar dada a necessidade de trabalhar; dificuldade em conciliar escola com trabalho; desentendimento com professores e colegas; desestímulo quanto à competência escolar, atestado por reprovações repetidas, baixa qualidade do ensino e pouca supervisão familiar, no que se refere à vida escolar do jovem. Johnson, *et al.* (2005) lembram que, além de toda conflitiva interna própria à adolescência, estudos têm atentado para os determinantes situacionais da

conduta destes jovens e, dentre esses, elucidam mais especificamente as redes sociais das quais participam. Nessas redes, destacam-se o ambiente escolar, o trabalho (frequentemente informal e, às vezes, ilícito) e os grupos de vizinhança ou de bairro com os quais os jovens se relacionam.

A adolescência é mesmo uma fase caracterizada pela transição em vários domínios do desenvolvimento: biológico, cognitivo e social, marcada por conflitos internos, que exigem do adolescente a elaboração e a re-significação de sua subjetividade, imagem corporal, relação com a família e com a sociedade. Tais mudanças, por elas mesmas, já não são poucas, nem simples, ao contrário, indicam um período delicado e importante na constituição da subjetividade e na estruturação dos valores e do caráter.

No caso dos adolescentes que praticaram atos infracionais, soma-se à problemática da adolescência, em acordo com Sawaya (2001), o fato de que estamos diante de grupos sociais cuja voz e cujas formas lingüísticas estão marcadas pela convivência com a degradação e a opressão.

Pesquisar a linguagem desses adolescentes pode trazer à tona questões sobre o trabalho fonoaudiológico na atenção básica à saúde e nas estratégias da Fonoaudiologia relacionadas ao desenvolvimento da comunicação e da linguagem de crianças e adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidade social, o que justifica, inclusive e entre outros aspectos, vários casos de fracasso escolar.

Outra dimensão de interesse à Fonoaudiologia é aquela sugerida por Vicentin (2005). A autora diz que a intensificação da violência na fase da adolescência não deve ser tratada apenas por mecanismos repressivos ou disciplinares, aplicados aos jovens infratores institucionalizados, pois nesta condição os adolescentes são reduzidos a mero corpo orgânico, despojados de qualquer direito, muito próximos da

vida que pode ser descartada, uma vez que foi empurrada para fora dos limites do contato social e da humanidade; o que afeta também sua linguagem e suas formas de comunicação.

Nesse sentido, ainda em acordo com Vicentin (op. cit.), o excesso de tematização sobre a violência tem o efeito de construir um determinado imaginário sobre ela, que passa a informar e a produzir atitudes sociais a ela referenciadas, ou seja, a violência também aparece como linguagem, como ato de comunicação.

Significa dizer: o comportamento infracional é também um discurso, uma forma de expressão que, ao mesmo tempo, é tentativa de afirmação, de se fazer ouvir e de ser incluído, mas também alerta sobre a desestruturação e o desespero em face de situações que fogem ao controle e à compreensão dos jovens, gerando impossibilidade de elaboração e de adoção de comportamentos e condutas socialmente esperadas. Sendo assim, os atos infracionais podem ser entendidos também como pedidos de ajuda, ainda que sob a forma de revolta, de violência e de descaso por regras e convenções sociais.

Sem pretender esgotar o assunto, longe disso, a colaboração a esse relevante debate aqui se dará, como mencionado, pela caracterização de habilidades cognitivas e lingüísticas de um grupo de jovens infratores institucionalizados e de seu cotejamento com a compreensão que esses adolescentes têm sobre sua saúde (incluídas eventuais dificuldades de linguagem oral e/ou escrita) e sobre suas trajetórias escolares e/ou profissionais. Com isso, pretende-se atentar para necessidade de se distinguir entre as dificuldades de linguagem (oral e escrita) advindas do silenciamento – imposto pela inadaptação social – das dificuldades que indicam distúrbios de linguagem, causados ou não pela situação de exclusão e degradação a qual os adolescentes pesquisados estão expostos.

Para realizar esse intuito, a dissertação conta com uma revisão de literatura, que aborda a legislação brasileira voltada aos jovens infratores institucionalizados (primeiro capítulo); o desenvolvimento da linguagem e suas alterações (segundo capítulo); as possíveis dificuldades de comunicação em jovens infratores institucionalizados relacionadas ao discurso desses jovens (terceiro capítulo); e a influência das redes sociais na comunicação do jovem infrator (quarto capítulo). Após a revisão de literatura, segue o objetivo e o método da pesquisa, para então serem apresentados os resultados, a análise e a discussão dos achados da pesquisa.



## 2.1. Legislação brasileira sobre jovens infratores institucionalizados

Crimes violentos cometidos por adolescentes comovem diferentes parcelas da população brasileira, pela violência e crueldade aplicadas às vítimas, e levam ao questionamento sobre a eficácia e efetividade do sistema de justiça juvenil. O primeiro Código de Menores, de 1927, criou a concepção de justiça recuperadora, que se definiu a partir de um esquema interpretativo das condutas criminosas, que localizava na infância a origem da delinqüência. Isto é, para que a justiça pudesse ser recuperadora, a conduta delinqüente não poderia ser vista como fruto da má índole ou outra característica inata, mas deveria ser interpretada como resultado de trajetórias individuais, cujas características permitissem o estabelecimento de relações de causalidade com a delinqüência. Nessa concepção, a ação punitiva deveria ter como finalidade a correção das causas da delinqüência, priorizando a dimensão pedagógica do tratamento de crianças e adolescentes em tempo de prevenir a formação do criminoso adulto (Paula, 2010).

Nessa concepção, estavam presentes alguns elementos do esquema interpretativo da delinqüência juvenil, focados no mundo dos pobres, buscando a causa em sua vida familiar e nas experiências de abandono. Entendendo a conduta delinqüente como resultado do estado de abandono material e da negligência dos pais, o sistema de justiça juvenil atuava de modo a promover sua substituição por cuidados técnico-assistenciais supostamente oferecidos nas instituições de recuperação e tratamento, fazendo com que as instituições tivessem a tarefa de corrigir as causas do desajustamento. Neste esteio, foram criadas a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, em 1964, e suas correlatas estaduais.

Hoje, a instituição conhecida como Fundação Casa (antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM), do Governo Estadual de São Paulo, procura

---

adaptar-se ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE). Trata-se de uma iniciativa fundamentada na proibição de qualquer tipo de violência física contra o adolescente ator de ato infracional, pela crença de que tratá-lo de forma mais humana pode apontar caminhos para a redução da violência, procurando implementar a medida sócio-educativa em lugar da punição, por meio da integração de políticas públicas de várias áreas, como educação, saúde, assistência social, justiça e segurança.

No Regimento Interno das Unidades de Atendimento de Internação e de Semi-liberdade, Portaria Normativa n.136 / 2007, de 29/09/2007, Capítulo I, Seção I, pág.1; 2 “Do Objetivo e Princípios do Atendimento Sócio-educativo”, afirma-se que:

Artigo 1 - A Fundação CASA tem por objetivo promover, no Estado de São Paulo, o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida sócioeducativa e daquele que se encontra em internação provisória, com eficácia, eficiência e efetividade, de acordo com as leis, normas e recomendações de âmbito nacional e estadual.

Artigo 2 - O atendimento deverá garantir a proteção integral dos direitos dos adolescentes, por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, Estado e dos Municípios.

A Seção II “Das medidas sócio-educativas”, do mesmo capítulo, diz que:

Artigo 4 - A medida sócioeducativa tem natureza sancionatória e conteúdo prevalentemente pedagógico.

Quanto à aplicação, execução e atendimento das medidas sócio-educativas, fixa-se como imprescindível a observância do princípio previsto no artigo 5º, inciso II, da Constituição federal: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

No entanto, os marcos legais, embora proibam a violência contra os menores

---

institucionalizados e proponham atendimento humano e pedagógico, não dão conta dos efeitos que o confinamento e a institucionalização são capazes de promover. Para Goffman (2008), institucionalização é um processo de confinamento de crianças e adolescentes em estabelecimentos públicos ou privados, com características de instituição total, que é aquela que controla ou busca controlar a vida dos indivíduos a ela submetidos, substituindo todas as possibilidades de interação social por "alternativas" internas. Sua característica maior é a de agir sobre todas as dimensões do ser humano a ela submetido. A chamada "cultura institucional", isto é, a rotina, os valores e os símbolos que permeiam a vida de crianças institucionalizadas são marcados pela impessoalidade, pela despersonalização e pelos tratamentos indiferenciados, que em nada ajudam a criança a perceberem-se na condição de indivíduos e sujeitos. A dinâmica da institucionalização é a da supressão da intimidade, da individualidade e das características individuais, introduzindo a criança ou o adolescente em um meio onde ela nunca será sujeito, e onde todas as dimensões de sua vida passarão a ser administradas do ponto de vista da conveniência da instituição, sobretudo de suas regras funcionais e disciplinares.

Nesse universo, a figura central na garantia do direito à segurança e à integridade física e mental do adolescente privado de liberdade é o Poder Público, que tem a responsabilidade de adotar todas as medidas para que de fato tais garantias sejam respeitadas. A incolumidade, integridade física e segurança abrangem aspectos variados e alguns exemplos podem ser extraídos dos artigos 94 e 124 do ECA, que impõem às entidades garantir aos adolescentes o direito a instalações físicas em condições adequadas de acessibilidade, habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; vestuário e alimentação suficientes e adequadas à

---

faixa etária dos internos e, cuidados médicos, odontológicos, farmacêuticos e saúde mental (Lei nº 10.098, de 19/12/2000).

Embora, sem alterar radicalmente a lógica correcional de crianças e adolescentes infratores, certamente o ECA constitui um avanço, até porque antes dele as instituições brasileiras destinadas a essa tarefa eram locais sem estrutura minimamente adequada para receber as crianças e os adolescentes. Em geral, na situação em que estavam, tornavam-se “escolas de formação para jovens do crime”.

Esses jovens não podem, de forma alguma, serem tratados como indivíduos incorrigíveis. Por estarem em fase de crescimento e desenvolvimento pessoal, com a formação de sua personalidade, é imprescindível um tratamento diferenciado aos jovens infratores (Kessler, 2006). Em pesquisa realizada no ano de 2005, pelo Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC), foi constatado que os gastos do Governo Federal foram de apenas 96 centavos de real, por dia, para cada jovem ou adolescente brasileiro. Isso significa que a atenção demandada pelo governo, buscando atender as necessidades de saúde, habitação, saneamento, lazer, esporte, assistência social e proteção de direitos destes cidadãos, não ultrapassava 30 reais mensais. Os investimentos do governo com a educação geral da criança e do adolescente são irrisórios, e esse desinteresse pode agravar o aumento das infrações cometidas por adolescentes.

O objetivo da medida sócio-educativa na Fundação Casa, hoje, é possibilitar a inclusão social de modo mais célere possível, em função dos mencionados riscos de uma institucionalização duradoura. O processo sócio-educativo não pode desenvolver-se em situação de isolamento do convívio social. Nesse sentido, toda medida sócio-educativa, principalmente a privação de liberdade, deve ser aplicada somente quando for imprescindível, nos exatos limites da lei e pelo menor tempo

possível, pois, por melhores que sejam as condições da medida sócio-educativa, ela implica em limitação de direitos e, além disso, sua pertinência e duração não devem ir além da responsabilização decorrente da decisão judicial que a impôs.

De acordo com os princípios e com o marco legal do Sistema de Atendimento Sócio-educativo (SINASE), é prioridade absoluta para a criança e o adolescente – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

a situação do adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do princípio constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção e cuidado a esse público, principalmente àqueles que se encontram numa condição de risco ou de vulnerabilidade pessoal e social. Assim, todos os direitos garantidos pelo ECA, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (Capítulo II); o direito à convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito à profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V) devem estar contemplados na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

O ECA, Lei 8.069, sancionada em julho de 1990, em seu artigo 3º prevê: toda criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

As diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad, 1988), afirmam que:

toda criança goza de direitos humanos fundamentais, particularmente o acesso à educação gratuita, reconhecendo que é necessário estabelecer critérios e estratégias nacionais, regionais e inter-regionais para prevenir a delinquência juvenil, o grande número de jovens que, estando ou não em conflito com a lei,

---

encontram-se abandonados, sem atenção, maltratados, expostos ao uso indevido das drogas, marginalizados e, em geral, expostos a risco social. Deverá ser prestada uma atenção especial às políticas de prevenção que favoreçam a socialização e à integração eficazes de todas as crianças e jovens, particularmente através da família, da comunidade, dos grupos de jovens nas mesmas condições, da escola, da formação profissional e do meio trabalhista, como também mediante a ação de organizações voluntárias. Deverá ser respeitado, devidamente, o desenvolvimento pessoal das crianças e dos jovens que deverão ser aceitos, em pé de igualdade, como co-participantes nos processos de socialização e integração.

O outro lado dessa moeda é que a desinternação coloca novamente o adolescente diante de uma expressão de violência que lhe é familiar, mas que agora terá novos e mais intensos contornos, em termos: de violência simbólica. À discriminação pela origem, pela constituição física, pela cor, pela baixa escolarização, pela falta de profissionalização, soma-se aos antecedentes de institucionalização. O sentimento de inferioridade de uma pessoa egressa do meio institucional, a auto-estima reduzida e a falta de repertório para lidar com tais situações adversas, podem gerar, entre outros, dificuldades para se relacionar com outros adolescentes; para expressar afetividade; também para se adaptar e ter bom rendimento escolar ou para conseguir ocupação profissional estável. Tais situações expõem esses adolescentes a constrangimentos, que acabam por produzir impotência diante deste novo universo, o que reitera dificuldades de adaptação.

Em síntese, se os marcos legais avançaram, e são necessários, não são suficientes para equacionar a extensa e complexa problemática da institucionalização e da desinstitucionalização de jovens infratores. Daí a pertinência em ampliar o escopo dessas questões, em diversas áreas e de maneira também interdisciplinar, inclusive naquilo que se refere às questões da linguagem e a interação do adolescente com as redes sociais que o cercam. São estes aspectos

que serão tratados na sequência.

---

## 2.2. Redes sociais e linguagem do jovem infrator institucionalizado

Afirmou-se, desde o início da dissertação, que a adolescência é uma fase caracterizada pela transição em vários domínios do desenvolvimento, seja biológico, cognitivo ou social; por conflitos internos e lutas que exigem do adolescente a elaboração e a re-significação de sua identidade, imagem corporal, relação com a família e com a sociedade. Para Johnson *et al.* (2005), conforme já mencionado, além dos conflitos subjetivos próprios desta fase, estudos têm mostrado os determinantes situacionais da conduta destes jovens e, dentre esses, elucidam mais especificamente a rede social e, inclusa nela, a família do adolescente infrator.

A adolescência é um período crítico no desenvolvimento das relações sociais e, neste período, os vínculos deixam de ser centrados na família. Normalmente, deslocam-se para a relação com os pares, sejam colegas, amigos ou parceiros românticos, com os quais o jovem se sente apoiado. Eles desenvolvem habilidades sociais por meio dessas relações, nas quais compartilham experiências, emoções e conhecimentos. Entretanto, o desenvolvimento da adolescência saudável requer um equilíbrio entre o apoio da família, associações formais (escola, trabalho, etc) e apoios informais, tais como amigos e outros pares da mesma idade.

Para Hirschi (1969), a gênese da delinqüência juvenil está relacionada nos problemas de vinculação social do jovem a instituições como família, escola, igrejas..., que teriam por função formar ou adaptar o indivíduo às normas sociais. Tomando-se como exemplo a família, sua importância enquanto fator causal para a delinqüência se dá na medida do maior ou menor acolhimento da família ao jovem, bem como do nível e da natureza do acompanhamento, direto e indireto, das ações dos jovens. Chesnais (1996), importante estudioso francês da violência nas

---

sociedades ocidentais, ao falar sobre o Brasil, afirmou que um dos fatores desencadeantes da delinqüência é o fraco controle sobre os jovens exercido por instituições como a família, a igreja e a escola.

No entanto, a importância da rede social nos comportamentos infracionais, além da família desses jovens, também tem sido alvo de estudos. Nessa rede, está comprovada a importância da influência dos pares na prática do ato infracional (Caputo, 2004; Ceolin, 2003; Davis, Tang e Ko, 2004; Stouthamer-Loeber et al., 2004; Windle e Mason, 2004).

Para Pfiffner *et al.* (2001), é importante o resgate de uma figura paterna mais valorizada e presente para os internos por atos infracionais. Mesmo que ainda hoje exista discordância quanto às conseqüências desta falta na vida dos jovens, há casos em que o comportamento anti-social, em qualquer membro da família, é mais provável se o pai é ausente ou não-participativo. É que a ausência paterna pode desencadear um processo de baixa auto-estima e de vazio, além de culpa nesses indivíduos (Ferrari, 1999).

De acordo com Assis e Souza (1999), os atributos de personalidade são chaves para o entendimento, do quadro dos jovens infratores, se considerados como resultantes das experiências vividas pelo sujeito durante sua formação. Assim, a personalidade seria uma mescla das influências do meio com a bagagem genética de cada indivíduo. Alguns dos atributos, freqüentemente relacionados aos delinqüentes, são: impulsividade; inabilidade em lidar com o outro e de aprender com a própria experiência de vida; ausência de culpa ou remorso por seus atos; insensibilidade à dor de outrem; e gosto pelas transgressões. Pessoas com alguns desses atributos podem ser, do ponto de vista psiquiátrico, denominadas como portadoras de personalidade anti-social.

Duas proposições teóricas mostram a relevância da visão que o jovem tem de si mesmo e a influência do meio (família, escola, comunidade) no processo de constituição da *auto-imagem*, fator importante a ser considerado na “etiologia” da delinqüência. Uma das teorias assume que jovens com uma visão pobre de si mesmos se encaminham mais para o crime (Reckless, 1961) e a outra considera que jovens rotulados de criminosos adquirem auto-estima baixa (Lemert, 1951).

A elevada *vulnerabilidade* e a *exclusão social* são outros fatores que facilitariam os comportamentos infracionais. Situações de negligência e abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, na escola e na comunidade são usuais entre adolescentes em conflito com a lei (Assis, 1999; Assis e Constantino, 2001; Silva 1997; Rocha, 2003).

Para Krug *et al.* (2002), algumas *características biológicas e psicológicas* são também reconhecidas como fatores de risco, tais como: ter danos neurológicos sutis; impulsividade; hiperatividade; precário controle diante de frustrações; deficiência de atenção e incapacidade de planejamento e fixação de metas; e baixos níveis de inteligência. Todavia, em nosso ver e como já mencionado, não é tarefa fácil determinar quando esses fatores são causas individuais e primeiras da delinqüência e quando são efeitos de um desenvolvimento realizado sob condições sociais e de constituição psíquicas bastante precárias.

Para Ceolin (2003), também parece claro que a delinqüência está imbricada com aspectos relativos à baixa escolaridade. Quanto à importância da rede social, estar empregado ou na escola no início da idade adulta, é fator protetor da recaída no ato infracional (Stouthamer-Loeber *et al.*, 2004). No que se refere à inserção *ocupacional*, parcela significativa dos jovens infratores já teve alguma experiência laborativa, em geral no mercado informal, com escassa remuneração e falta de

---

direitos trabalhistas. Vale ressaltar que o mercado de trabalho para os jovens, de uma maneira geral, é bastante restrito. No Brasil, isso acontece, principalmente, para adolescentes com baixa escolaridade. Diante da ausência de boas opções, muitos jovens se inserem no tráfico de drogas, que hoje se configura como uma “atraente” oferta de trabalho informal (Assis, 1999; Zaluar, 1997).

Para Scaramella *et al.* (2002), as manifestações comportamentais delinqüentes, pelo significado que possuem, revelam uma profunda perturbação das identificações, disfunções graves dos laços familiares em nível psicoafetivo e econômico-social, o que dificulta a integração social e a aprendizagem, não só em termos de valores e normas sócio-culturais, mas também escolares.

Wilson e Howell (1995) afirmam que uma estratégia de prevenção em nível nacional deve basear-se nos vários fatores envolvidos na gênese da delinqüência: características individuais; influências familiares; experiências escolares; influência dos pares, comunitárias e da vizinhança. Para serem bem sucedidas, as estratégias deveriam fornecer suporte para as instituições de apoio à família, como escolas, igrejas e organizações comunitárias. Nessa direção, o autor supõe ser possível: promover a prevenção da delinqüência em geral, a fim de obter melhor relação custo-benefício; intervir rápida e efetivamente no comportamento delinqüente; e, finalmente, identificar e controlar o pequeno número de jovens que cometem crimes sérios e violentos.

O aumento da desigualdade, tanto no que se refere à capacidade de competir no mercado de trabalho, quanto em relação à capacidade de enfrentar outros desafios sociais de integração e pertencimento social, que caracterizam as sociedades contemporâneas, faz com que o nosso psiquismo sofra e se enfraqueça, no enfrentamento da violência material e simbólica, às quais estamos expostos.

---

Desse modo, é comum que fiquemos sem referências e critérios para interpretar satisfatoriamente as informações que recebemos.

Tal situação contemporânea, com frequência, dificulta a mobilização da coletividade para enfrentar os problemas e produzir as mudanças necessárias na sociedade. A carência de políticas públicas e de ações governamentais voltadas, efetivamente, para o bem-estar, garantidoras dos direitos sociais e de melhorias nas condições de vida da população em geral, atua em nosso discernimento e raciocínio crítico, muitas vezes, de forma desmobilizadora, o que anestesia nossa capacidade de reagir, “apaziguando” nossa indignação com esse estado de coisas. Isto transforma grandes contingentes populacionais em massa de manobra, apta a aceitar qualquer tipo de ação e de informação direcionada aos interesses de alguns setores da sociedade e, muitas vezes, distanciadas da realidade efetiva da maioria da população.

A ausência de uma compreensão integradora do adolescente, na cultura e nas práticas institucionais, lhe faz duplamente vulnerável, tanto pelas características inerentes ao seu processo etário, quanto pelas formas de discriminação que lhe são impostas na condição de cidadão.

Curiosamente, a singularidade da fase adolescente e das condições sociais brasileiras são frequentemente esquecidas, é comum os adolescentes serem tratados como um risco para a sociedade. O suposto fenômeno é propagado pela mídia, que destaca o fenômeno social da violência adolescente, a partir de uma leitura reducionista das fragilidades dessa fase da vida. Nesses casos, os jovens são simplesmente considerados desprovidos de autocontrole, autoconhecimento e não estariam totalmente inseridos nas normas e regras sociais, daí representarem um risco, potencial ou real, à coletividade.

Para Traverso e Pinheiro (2002), tal direcionamento faz com que as políticas públicas de suporte aos adolescentes acabem atuando como coadjuvantes da cultura dominante, que ainda identifica o jovem a partir da tríade: sexo, drogas e violência.

Estes pressupostos levam a pensar que as políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente necessitam de revisão urgente, abrangente e, de fato, efetiva. Se for assim, faz sentido introduzir, a partir da Fonoaudiologia, o estudo de algumas variáveis implicadas nessa problemática: a linguagem e a comunicação, na condição de esferas implicadas diretamente com o desenvolvimento e a socialização desses jovens.

### 2.3. Algumas considerações sobre o desenvolvimento da linguagem e suas alterações

O campo fonoaudiológico possui diversas tradições na compreensão da linguagem. De maneira bastante geral, é possível sintetizá-las nas seguintes visões: empirista, segundo a qual a linguagem tem papel representativo (nomeação das coisas, ações e estados) e seu desenvolvimento é pensado como fruto de um processo de aprendizagem de repertórios e convenções linguísticas; a racionalista, que encara a linguagem como uma faculdade cognitiva específica, resultante da atualização de capacidades biologicamente determinadas; e finalmente, a tradição discursiva, na qual a linguagem tem papel constitutivo dos sujeitos e da cultura, e é fruto de processos interacionais, portanto construída socialmente. (Palladino, 2004).

Se entendida como aprendizagem ou representação, a linguagem só será adquirida por crianças devidamente aptas para imitação e apreensão dos modelos de referência. Além disso, supõe-se que as crianças já possuam capacidades intelectuais pré-estabelecidas, bastando que sejam estimuladas por alguém capaz de fornecer modelos adequados e suficientes.

Para ficar em um único exemplo daquilo que se acabou de afirmar, basta analisar as teorias inatistas, pois estas tratam a linguagem como uma competência potencialmente dada e, assim, seu desenvolvimento se daria pela mera atualização de competências inatas prévias.

Segundo Chomsky (*apud* Palladino, 2004, p 764),

o estudo da linguagem humana [o] levou a considerar que uma capacidade de linguagem geneticamente determinada [...] especifica uma certa classe de “gramáticas humanas acessíveis”. A criança adquire uma dessas gramáticas a partir dos dados limitados que lhe são acessíveis e, assim, a criança conhece a língua pela gramática que ela adquiriu. Essa gramática é uma representação de

---

sua “competência intrínseca”.

Do ponto de vista das concepções discursivas, pelo menos duas noções são básicas idéias: a de uma necessária mediação na relação da criança com o mundo externo, e a de que o uso antecede e subsidia a construção do saber e do conhecimento. Rejeita-se assim, a idéia de aquisição por atualização ou, por aprendizagem, em nome de outra, a de que a linguagem é construída na alteridade, na relação com o outro. Nesses termos, a aquisição de linguagem é um processo que decorre da interação entre a criança e o outro – inicialmente a mãe ou quem cumpre a função materna (Palladino, 2004); o que implica no fato de que a aquisição e os usos da linguagem serão sempre atravessados pelas potencialidades e pelas perturbações das interações nas quais se constroem.

Palladino (2004) lembra que têm surgido discussões inovadoras na área de aquisição de linguagem, que supõem uma inversão na equação conhecimento-uso, ou seja, não necessariamente é preciso conhecer para usar; o uso engendra o conhecimento, o que, por exemplo, faz com que os erros cometidos pelas crianças em processo de aquisição de linguagem recebam outras interpretações: o erro como processo de construção, como experiência vital na constituição da criança pela linguagem, isto é, o não-saber para a criança é condição para sua constituição como sujeito na linguagem, como *sujeito* na palavra do outro.

Palladino (op. cit.) explica que a relação do sujeito com a língua se movimenta em três posições. Numa primeira posição, há o retorno dos enunciados do outro na fala da criança, ou seja, trata-se de uma posição na qual a criança está alienada ao outro. A segunda posição ocupada pela criança denuncia a dominância do pólo da língua e seu funcionamento, verificada pelos erros ou violações, não apenas

---

convocadas pela fala do outro, mas por significantes que circulam na própria fala da criança. Tendo passado pela palavra do outro e com ela experimentado enunciados singulares, finalmente, a criança passa a escutar o outro e a si mesma

Assim sendo, a linguagem é lugar de interação humana, lugar de constituição das relações sociais, nas quais aqueles que falam ou escrevem se tornam sujeitos em relação com outros sujeitos e com o meio. Através da linguagem o sujeito que fala ou escreve pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando e escrevendo (Garcia, 2004).

As marcas do psiquismo na linguagem, embora reconhecidas, tendem a ser tratadas como matéria inacessível ao tratamento fonoaudiológico, por isso, com frequência, a Fonoaudiologia recorre a expedientes que tentam equacionar a relação entre linguagem e psiquismo supondo que tal relação seria causada pela instância biológica e/ou comportamental, e que, por isso, estas estariam em condição de explicá-la.

Cunha (2004) aponta que a abordagem biológica opera a partir da relação cérebro-linguagem, como forma de compreensão das disfunções de linguagem. A abordagem comportamental recorre às psicologias behavioristas e cognitivistas para tratar a linguagem em termos de aprendizagem e de interiorização de esquemas comportamentais e de conduta. Embora tais abordagens sejam efetivas em campos delimitados da comunicação humana, são limitadas para explicar os modos pelos quais a linguagem participa da constituição dos sujeitos e da relação entre os sujeitos e o mundo.

A psicanálise, segundo Cunha (op. cit.), é útil à Fonoaudiologia justamente porque propõe a indissociabilidade entre o funcionamento da linguagem e o funcionamento psíquico. Tais funcionamentos dão contorno à singularidade

---

biopsíquica de cada sujeito. O nosso corpo seria, então, sobredeterminado pelo funcionamento psíquico, ou seja, pela dimensão imaginária, pela dimensão simbólica e pelos desejos (inconscientes e conscientes) do sujeito. O funcionamento psíquico imprime suas marcas nas próprias formas da língua (sintáticas, semânticas, prosódicas, fonéticas e fonológicas), de maneira a constituir o sujeito também pelo uso da língua, no jogo (inter) discursivo.

Se for assim, é possível afirmar, em acordo com Souza (2004, p. 895), que a “língua concerne à processualidade especificamente humana, aquela que é decidida como jogo diferencial de signos ou produção de sentido, capaz de engendrar diferenças nos processos de singularização e de constituição de pessoas e grupos.”

A linguagem cria vínculos entre os indivíduos, por meio deles nossas relações se estabelecem. Os jovens infratores, no confinamento conferido pela institucionalização, podem sofrer rupturas em elos vitais de sua condição biopsíquica, porque o ser humano afeta e é afetado pelo outro, e isto define o modo como age, reage, sente e ‘lida’ com seus processos (SOUZA, 2004, p. 897).

Na aquisição da linguagem escrita, por sua vez e do ponto de vista interacional, há uma aquisição da língua escrita que independe do domínio dos mecanismos de codificação e decodificação, e tem início antes mesmo da criança atingir pleno entendimento do sistema alfabético de escrita. Assim, a escrita não é apenas objeto de conhecimento, como linguagem constitui o conhecimento na interação (Rego 1998).

O conceito de letramento permite ampliar as maneiras de pensar os usos e funções da escrita, ultrapassando categorias binárias, como as de alfabetizados e analfabetos, e problematizando a primazia ou quase exclusividade da escola

---

enquanto “espaço” de agenciamentos para aquisição da escrita. O letramento refere-se ao impacto social da escrita e às suas relações com as práticas sociais e culturais em grupos específicos (Mendes, 2007).

O termo *letramento* surge exatamente para nomear o tipo de relação que o sujeito estabelece com a escrita, ou seja, para explicar “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2004, p. 16).

Pelo exposto, tanto a oralidade quanto a escrita supõem que a linguagem se construa e se efetue como efeito das relações que os sujeitos estabelecem entre si. Nesse sentido, a comunicação, na condição de ações comuns que os sujeitos produzem e negociam em suas interações, não deve ser entendida como recebimento e emissão de mensagens concebidas e codificadas pelo pensamento, mas “como função e potência da linguagem, no sentido de um desejo inelutável, aquele de se comunicar com um outro e de por ele ser acolhido” (SOUZA, 2004, p. 895).

Ao desenvolver habilidades narrativas, a criança não somente é capaz de relatar experiências vivenciadas, como também pode recontar histórias e servir-se de sua imaginação, criando cenários e personagens para elaborar sua relação com o outro. Ao narrar eventos, a criança não está, tão somente, aprendendo uma língua, para dela se apropriar, mas sim apreendendo para poder utilizá-la de forma eficiente (Geraldi, 2003).

Dentre as competências que a criança adquire para dominar a linguagem oral, uma das mais significativas e notáveis é a de narrar eventos. A partir do encadeamento de palavras e da percepção dos eventos temporais, a criança

---

começa a explorar o relato de suas próprias experiências (Artoni, 2001). A mesma capacidade narrativa desenvolvida na linguagem oral torna-se gradativamente eficiente e passa a ser utilizada e elaborada, segundo esquemas diferentes, na linguagem escrita (Windsor *et al.* 2000).

Santos e Navas (2002) indicaram que dificuldades na aquisição e/ou no desenvolvimento da linguagem escrita podem ser encontradas em crianças que apresentam dificuldades tanto no processamento fonológico quanto na compreensão da linguagem oral/escrita. Porém, para as autoras, a linguagem escrita não começa a se desenvolver subitamente, depois da aquisição da linguagem oral, há uma interação dinâmica e recíproca entre elas, caracterizando um *continuum* de desenvolvimento, com ênfase na transição de uma modalidade de linguagem para outra. O aprendizado das convenções da escrita, pouco a pouco, concretiza elaborações coerentes e coesas, dando forma aos sentimentos e às idéias advindas da linguagem oral.

Os problemas de leitura e escrita encontram-se, em grande parte dos casos, baseados em alterações do desenvolvimento da linguagem oral (ASHA, 2007) e se caracterizam, principalmente, pelas alterações de compreensão da leitura de palavras, frases e textos, ou pelas dificuldades de integrar significados de palavras em sentenças e destas em textos (Snowling, 2004), o que indicia, em vários casos, dificuldades para lidar com a lógica das convenções escritas, seja por limitações das estratégias escolares de ensino da escrita, em face dos níveis de letramento e das condições sociais e afetivas dos estudantes; seja por distúrbios de linguagem, que restringem as potencialidades das crianças para esse tipo de aprendizagem.

No entanto, é importante destacar que dificuldades de aquisição da escrita relacionadas à distúrbios de linguagem ocorre em uma parcela muito limitada de

crianças, embora ainda seja comum, inclusive na Fonoaudiologia, a tendência em “patologizar” ou “medicalizar” uma parcela significativa desses casos (Mendes, 2007).

Tal alerta é especialmente relevante quando se trata de crianças e jovens infratores institucionalizados, tanto em dificuldades relacionadas à escrita quanto à linguagem oral, uma vez que os aspectos sócio-ambientais implicados com a problemática desses sujeitos incidem, também e fortemente, em suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, podendo gerar perturbações na trajetória escolar, bem como em suas possibilidades em estabelecer padrões de comunicação socialmente aceitáveis. É sobre tal problemática que se discutirá a seguir.

#### 2.4. Dificuldades de comunicação em jovens infratores institucionalizados

Conforme foi referido anteriormente, para Assis e Constantino (2005), adolescentes em conflito com a lei tendem a ter poucos anos de escolaridade, com abandono escolar dada a necessidade de trabalhar; dificuldade em conciliar escola com trabalho; desentendimento com professores e colegas; desestímulo para desenvolver as competências escolares, atestado por reprovações repetidas, baixa qualidade do ensino e pela pouca supervisão familiar, no que se refere à vida escolar do jovem.

Ao tomar a linguagem como uma ação sobre o outro, sobre o mundo, como expressão do universo simbólico e da subjetividade (Lemos, 1985), é possível defini-la como prática social.

O desenvolvimento da linguagem de jovens infratores institucionalizados, se produziu nas experiências e nas circunstâncias de vida, seus usos estão atrelados aos modos de funcionamento desses jovens, para fazer valer seus interesses, conquistar lugares simbólicos e sociais, e para se safar de agressões e frustrações (Sawaya, 2001).

Há pesquisas que investigam ligações entre competências lingüísticas e comportamento social; elas certamente ajudam na compreensão do perfil dos jovens com comportamento de alto risco. Vários autores têm se dedicado a investigações que visam identificar e caracterizar as dificuldades de linguagem em jovens infratores de seus respectivos países: Davis *et al.* (1991), Sanger *et al.* (1999, 2000), Humber e Snow (2001), Bryan (2004), entre outros.

Embora estes estudos sejam úteis a nossa reflexão, é importante lembrar que se assentam em concepções de linguagem variadas e se referem a contextos e à

culturas diferentes, o que sugere certa parcimônia na adoção de seus achados e conclusões, uma vez que nosso interesse reside, não em contrapor concepções e posições, mas em utilizar dimensões convergentes entre tais pesquisas e a que realizamos, de modo a ampliar nossas possibilidades de análise e de discussão de nossos dados. Nessa medida, vejamos alguns achados de pesquisa, relevantes para os aspectos que serão investigados aqui.

Loeber *et al.* (1998) associaram a ocorrência de baixo desempenho acadêmico, de aprendizagem e/ou déficits de atenção a jovens infratores. Segundo eles, o baixo desempenho acadêmico pode acarretar abandono escolar precoce, desenvolvimento educacional inadequado, desemprego crônico, dependência da previdência social e continuidade na atividade criminosa. Considera-se que estes aspectos devem ser tratados como pontos críticos nos programas de intervenção precoce.

Bailey (1999) atentou para a necessidade de serviços especializados para crianças com distúrbios de conduta e com problemas de comunicação, para prevenir que essas crianças desenvolvam problemas de saúde mental ou venham a se envolver em atividades criminosas.

É relativamente comum que o comportamento do delinqüente seja associado à alguma dificuldade de aprendizagem relacionada à linguagem, uma vez que estas levariam à limitações cognitivas e lingüísticas. As dificuldades de ler e escrever, por exemplo, quase sempre isolam ou estigmatizam<sup>1</sup> alunos que, às vezes, procuram superar suas limitações lingüísticas com comportamentos agressivos, rebeldes ou violentos.

---

<sup>1</sup> Para Goffman (2008) um estigma é, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo social.

Nesses casos, as tentativas frustradas de aprendizagem podem levar à indisciplina (Tavares, 2001). A dificuldade persistente no desenvolvimento da linguagem tem sido relacionada a um aumento nas chances de desenvolvimento de problemas mentais e comportamento anti-social ou infracional (Locke *et al.*, 2002).

Em um estudo com jovens infratores australianos, Putnins (1999) analisou o funcionamento das habilidades de leitura e escrita, raciocínio lógico matemático e linguagem não-verbal. Observou diminuição no desempenho em todos os três domínios, em comparação com alunos pares. A pesquisa também constatou que cerca de 80% dos jovens infratores foram expulsos ou suspensos da escola, contra apenas 11% dos jovens do grupo controle. Para Hollin (1996), não são apenas as dificuldades de alfabetização e de raciocínio lógico matemático que estão comprometidos em jovens infratores, mas também dificuldades em desenvolver habilidades sociais culturalmente apropriadas.

No entanto, é plausível que a escassez de oportunidades para desenvolver potencialidades de aprendizagem e de convívio social tenha levado esses jovens a desenvolverem comportamentos infracionais. Nessa hipótese, as considerações de Hollin (op. cit.) diriam respeito aos efeitos das condições sociais e familiares de desenvolvimento e não às causas dos comportamentos infracionais. Em todo caso, a extensão dos danos que essas dificuldades causam à vida desses jovens permanece incerta, mas é sabido que não costumam ser pequenas.

Snow e Powell (2005) constataram que os jovens infratores fazem um esforço violento para organizar os fatos e passar essas informações para um ouvinte. Esta dificuldade de linguagem é uma desvantagem para os jovens infratores, inclusive, dentro do sistema legal, porque as decisões judiciais, em grande parte, dependem da qualidade e da credibilidade das provas fornecidas pelos acusados.

O uso de drogas, em idade escolar, é uma das preocupações de saúde pública. Tanto estudos de comportamento de risco em geral, quanto aqueles com enfoque no uso de drogas entre crianças e adolescentes, mostraram a importância de fatores sócio-demográficos, como idade, sexo e classe social, e fatores psicossociais, como a influência dos amigos e as relações interpessoais na família, para o desenvolvimento e o tratamento desse problema de saúde (Baus *et al.*, 2002). Nessa direção, Snow (2000) estudou a co-morbidade entre problemas de linguagem e uso de álcool e outras drogas por adolescentes. Segundo a autora, baixo desempenho acadêmico é citado como fator de risco em vários estudos, no entanto os trabalhos não examinaram criticamente o papel das habilidades de linguagem oral e escrita e das habilidades sociais como fatores de proteção para o uso de drogas e álcool por adolescentes.

Snow e Powell (2008) apresentaram um estudo que descreveu e analisou as habilidades de linguagem oral e as competências sociais de jovens infratores do sexo masculino. Os jovens infratores tiveram desempenho significativamente pior em todos os aspectos estudados. Um pouco mais da metade dos jovens infratores foram identificados com problemas de linguagem. Bryan *et al.* (2006) também estudaram as dificuldades de linguagem e comunicação em jovens infratores. O objetivo do estudo foi realizar uma triagem de habilidades de linguagem e comunicação em 58 jovens da população interna em uma instituição para jovens infratores de 15 a 17 anos de idade. Dentre os sujeitos, 19 foram internados após a infância e 90% abandonaram a escola antes de completar 16 anos de idade. De 66 a 90% da amostra estudada obteve desempenho abaixo do esperado nos testes. Os achados sugerem que a população estudada pode não ter habilidades suficientes para absorver as intervenções verbais realizadas com o objetivo de evitar a

---

reincidência, concluindo que se deve disponibilizar o instrumento da terapia fonoaudiológica para aqueles jovens infratores que tenham dificuldades de linguagem e comunicação, bem como para aqueles que não estejam freqüentando o sistema educacional.

Os achados da referida pesquisa apontaram que os jovens infratores possuem grandes dificuldades no processamento de informações e na tradução de suas experiências, pensamentos e idéias em discurso oral e/ou escrito. O discurso oral promove relações e permite a participação em uma série de ambientes sociais. Os jovens com dificuldades em competências sociais e lingüísticas usam recursos para dar conta da demanda verbal na vida cotidiana: respostas monossilábicas, indiferença e pouco contato visual.

Infelizmente, esses comportamentos são comumente interpretados como falta de cooperação e desajustamento, em vez de dificuldade ou inabilidade para construir vínculo e se comunicar.

A realidade social não é um conjunto de dados objetivos, nem de fenômenos que em si mesmos possam ser classificados como bons ou maus. Essas categorias de valores, com as quais, com freqüência, se classificam os eventos (inclusive a infração e a delinqüência), são partes do processo social construído, dinâmica e dialeticamente, de forma articulada à algumas esferas de referência: o *contexto social*, onde se desenvolvem as condições materiais de existência; a *cultura*, por meio da qual a experiência vivida encontra seu reconhecimento no meio social; e a *linguagem*, que permite elaborar, comunicar, compartilhar e interpretar os fenômenos da realidade (Najaine e Minayo, 2002).

Para Batista (2010), é importante analisar e explicar os mecanismos cognitivos do discurso, nos quais a memória e as relações sociais são fatores centrais e de

---

grande relevância, uma vez que orientam os sujeitos em suas interações discursivas, nas quais são ativos e processam as informações que recebem e transmitem, não apenas reagem automaticamente a estímulos externos.

De Lemos (*apud* Palladino 2004, p. 768), pontua o diálogo como, “fenômeno de natureza discursiva, como unidade de análise e, ao mesmo tempo, como lugar de inserção da criança na linguagem”. Para ela, o diálogo é responsável pela construção da própria interação, lugar no qual a criança passa de interpretada a intérprete.

Sendo assim, todo discurso, especialmente o desassossegado por sintomas na linguagem, está impregnado pelas marcas (boas e más) e pelas memórias e sentidos das experiências dialógicas e de suas marcas no corpo, o que torna possível flagrar no discurso as nuances das sensações e das memórias corporais. Do mesmo modo, podem-se flagrar no corpo físico ou natural as marcas dos sentidos e dos enunciados que moldam seus comportamentos e formas de expressão (Souza, 2004).

Como mencionado anteriormente, Vicentin (2005) sugere que a intensificação da violência dos jovens não deve ser tratada apenas por mecanismos repressivos ou disciplinares, pois aí eles são reduzidos a mero corpo orgânico, despojados de qualquer direito, muito próximos da vida que pode ser descartada, porque foi empurrada para fora dos limites do contato social e humano. Afirma ainda que o excesso de tematização sobre a violência teve o efeito de construir um determinado imaginário sobre ela, que passou a informar e produzir atitudes sociais a ela referenciadas, ou seja, a violência também aparece como linguagem, como ato de comunicação.

Trata-se em princípio, simplesmente de uma associação de misérias, de infortúnios. Os meninos procuram uma maneira de subsistir. Em grupo de dois,

---

três, dez, eles se sentem mais fortes. Apoderam-se de um bairro, de um território. De uma margem de liberdade. Reagrupam-se diante da adversidade e da repressão (Meunier, *apud* Vicentin, 2005, p. 29).

São crianças que detêm uma capacidade de invenção e de escape, capazes de fazer frente aos inúmeros esforços de “homogeneização e esmagamento das singularidades” (idem, *ibidem*).

Entre os jovens pertencentes a grupos visivelmente estigmatizados, a fala é um terreno ambíguo, deslizante, por isso é necessário tentar perceber como eles falam e como organizam a lógica de sua cadeia discursiva, o que está longe de se considerar o discurso desses jovens empobrecido de linguagem e de pensamento, é preciso pensá-lo em sua dimensão de presentificação (Vicentin, 2005), ou seja, de modo capaz de afirmar sua presença e sua singularidade também pelos modos de expressão.

Para Naisser (2007), a relação entre corpo e linguagem pode refletir o *como* e o *porquê* de certos comportamentos e atitudes, pois o sujeito exprime no corpo e através do corpo aquilo que não pode exprimir de outra forma, frente à dificuldade de se expor verbalmente ou por escrito. Em outras palavras, se um sujeito *falha em dizer*, é porque *as palavras escapam* a seu domínio, mas a linguagem se impõe e comunica suas perturbações e transtornos por meio de sintomas, comportamentos e atitudes.

Nesse sentido, reitera-se que “*é preciso considerar que o psiquismo imprime suas marcas na forma de linguagem*” (Cunha, 2004 – grifos meus). Compreender a linguagem implica em atribuir sentido aos desvios de linguagem apresentados pelo sujeito, não destituindo o sujeito de seu psiquismo, ou seja, negando-lhe o simbólico, que é também o que o constitui como ser humano.

Trata-se, então, de conceber a linguagem como reveladora do psiquismo do sujeito, o qual pode ser interpretado por meio dos afetos que se expressam em comportamentos e atitudes (Nisser, 2007), tal como é comum acontecer com os jovens infratores.



---

**Objetivo**

Mapear e caracterizar a ocorrência de problemas de comunicação oral e/ou escrita em um grupo de jovens infratores institucionalizados, verificando possíveis impactos das dificuldades de linguagem e de comunicação na vida desses sujeitos.



Este projeto configura um estudo exploratório e descritivo, que estima a ocorrência e caracteriza dificuldades comunicativas (orais e escritas) em um grupo de jovens infratores institucionalizados.

A pesquisa cumpriu as normas éticas vigentes e aplicáveis, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo registrado sob o nº090/2010.

Enviamos carta, referendada pela coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à Fundação Casa do Estado de São Paulo (antiga FEBEM), solicitando autorização para a realização da pesquisa com internos da instituição e obtivemos a autorização da instituição.

#### **4.1. Seleção dos Sujeitos**

Após o recebimento da autorização da instituição, participaram da pesquisa 40 sujeitos, entre 15 e 18 anos, dos 80 adolescentes da unidade de internação (UI) 25 – Rio Negro da Fundação Casa da cidade de Franco da Rocha – SP. Foi entregue a cada sujeito ou responsável legal o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de que os mesmos estivessem informados sobre os objetivos do trabalho e seu conteúdo, e consentissem na realização da pesquisa e na utilização dos dados da pesquisa para fins científicos.

##### **4.1.1. Critérios de Inclusão**

O grupo estudado foi composto por 40 indivíduos internos da UI-25 Rio Negro da Fundação Casa, de 15 a 18 anos, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

#### **4.1.2. Critérios de Exclusão**

Não houve critérios de exclusão para a pesquisa, pois não ocorreram situações institucionais que, durante o período de coleta de dados, impediram ou limitaram a participação dos adolescentes internos no estudo, e nenhum sujeito se negou a participar da pesquisa.

#### **4.2. Procedimentos**

Inicialmente, enviamos à Fundação Casa o Termo de Consentimento da Instituição (Anexo I) para realização da pesquisa, que dependeu da aprovação de várias instâncias: a Coordenadoria Pedagógica, a Coordenadoria de Saúde e a Juíza da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Paulo, responsáveis pelos critérios e normas que orientam a realização de pesquisas na instituição.

É importante salientar que por se tratar de uma instituição pública que abriga menores internados por práticas ilegais, e que está subjugada ao Estado, os dias e horários de coleta de dados foram determinados pela conveniência e disponibilidade da unidade, de seus funcionários e dos jovens internos.

Após autorização da Instituição, foi entregue a cada responsável legal o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II). A coleta de dados foi realizada com cada sujeito em um único dia, com duração de aproximadamente duas horas, certificando-se sempre quanto às condições dos indivíduos para a realização de cada procedimento e evitando que variáveis como cansaço ou distração pudessem interferir no desempenho e, conseqüentemente, nos resultados obtidos.

Para a coleta de dados, os sujeitos foram levados a uma sala da Unidade e foi realizada uma entrevista semi-estruturada, cujo roteiro versou sobre Saúde Geral,

---

Trajetória Escolar, Trajetória Profissional e percepções sobre o comportamento infracional (Anexo III). Uma vez internados, os adolescentes cumprem um programa sócioeducativo baseado em princípios da educação formal, da saúde, do esporte, da cultura, do lazer e da religião. Portanto os internos frequentam a escola formal; cursos de preparação para o trabalho; oficinas culturais, artesanais; e atividades esportivas. Ficam inseridos em um programa com muitas atividades, e com regras e procedimentos rígidos, o que limitou a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa para coleta de dados, uma vez que todos os adolescentes estão com todos os horários do dia tomados por atividades. Este foi um dos fatores que impossibilitou a coleta com todos os sujeitos da Unidade. Além dessa contingência, a flutuação da população: adolescentes que saem da internação, e muitos responsáveis que não comparecem às visitas, impossibilitaram o consentimento para a realização da coleta de dados com a totalidade dos internos da unidade.

Após a entrevista, os sujeitos foram submetidos ao Mini-Exame do estado mental – MMSE (Anexo IV). A versão utilizada foi a modificada proposta por Bertolucci *et al.* (1994) e por Almeida (1998). Para alguns itens, foram realizadas adaptações, que preservam as intenções da versão original proposta por Folstein *et al.* (1975), pois melhor se ajustam às especificidades da cultura brasileira. Este exame tem como objetivo detectar os indivíduos que possam apresentar alguma dificuldade cognitiva. Os sujeitos foram orientados a responder questões e as respostas foram registradas pela pesquisadora. A cada resposta correta foi atribuído um ponto, sendo que a pontuação máxima é de 30 pontos. As questões não respondidas foram consideradas erros.

Após a aplicação do MMSE, os sujeitos foram submetidos à aplicação do Teste Montreal – Toulouse Exame, Módulo *Standart* Inicial, Versão *Alpha* (Anexo V), que

analisou em cada indivíduo habilidades básicas de linguagem oral e escrita, em nível metalinguístico. Todos os indivíduos foram gravados em áudio, e os testes aplicados possuem valor apenas referencial à análise, que foi complementada e contextualizada pela entrevista semi-estruturada.

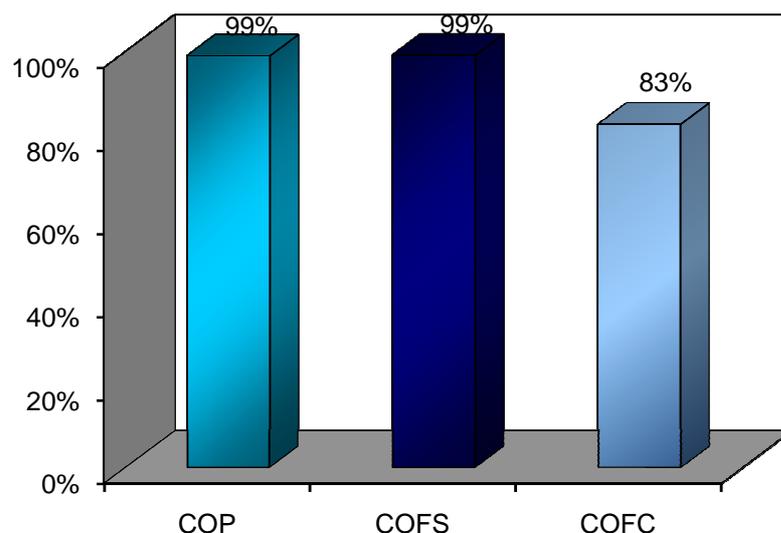


Os dados obtidos foram compilados e submetidos à análise simples, por meio do cálculo de porcentagens das respostas, para demonstração e tabulação dos resultados.

Foram analisados os dados referentes ao Teste Montreal – Toulouse, seguido pela análise do teste mini exame do estado mental (MMSE), e por fim a análise da entrevista semi-estruturada, referente à trajetória escolar, trajetória profissional e saúde geral, os quais serão descritos a seguir.

### **Parte 1: Teste Montreal**

Os resultados referentes ao teste Montreal, que analisou, em cada indivíduo, habilidades básicas de linguagem oral e escrita, em síntese são os seguintes: verifica-se (Figura 1) na comparação entre os graus de acerto nas provas de compreensão oral de palavras (99%), compreensão oral das frases simples (99%) e compreensão oral de frases complexas (83%), os sujeitos demonstraram possuir compreensão um pouco menos eficiente em tarefas complexas, provavelmente por estas exigirem maior domínio formal da língua, bem como maiores habilidades e repertório linguístico.

**Legenda:**

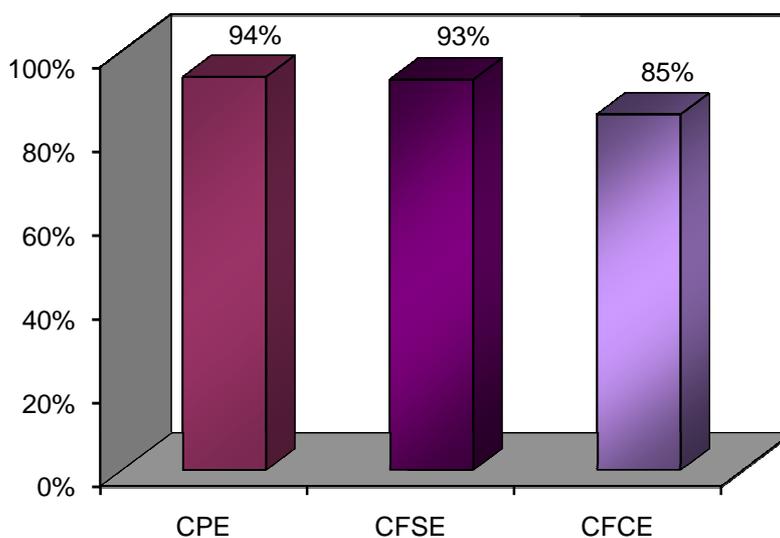
COP = compreensão oral de palavras

COFS = compreensão oral de frases simples

COFC = compreensão oral de frases complexas

**FIGURA 1**– Média de acertos nas provas de compreensão oral de palavras, compreensão oral das frases simples e compreensão oral de frases complexas

Na análise de compreensão das palavras escritas (94%), compreensão das frases simples escritas (93%) e compreensão das frases complexas escritas (85%), verifica-se, (figura 2) o mesmo crescente no nível de complexidade, e a média de acertos nas tarefas mais complexas é menor em relação às tarefas mais simples.

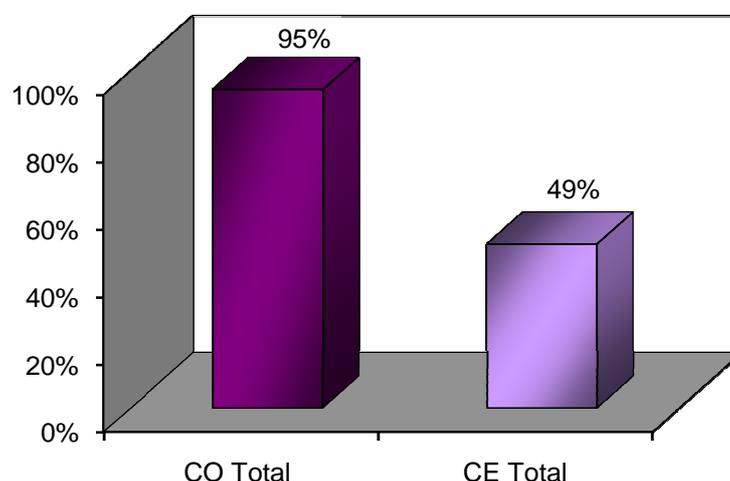
**Legenda:**

CPE = compreensão de palavras escritas

CFSE = compreensão de frases simples escritas  
CFCE = compreensão de frases complexas escritas

**FIGURA 2** – Média de acertos nas provas de compreensão das palavras escritas, compreensão das frases simples escritas e compreensão das frases complexas escritas

Pode-se assim, por meio do total de resultados, verificar que os indivíduos testados apresentaram melhor desempenho nas provas de compreensão oral quando comparados à performance nas provas de compreensão escrita, como demonstrado na figura 3.

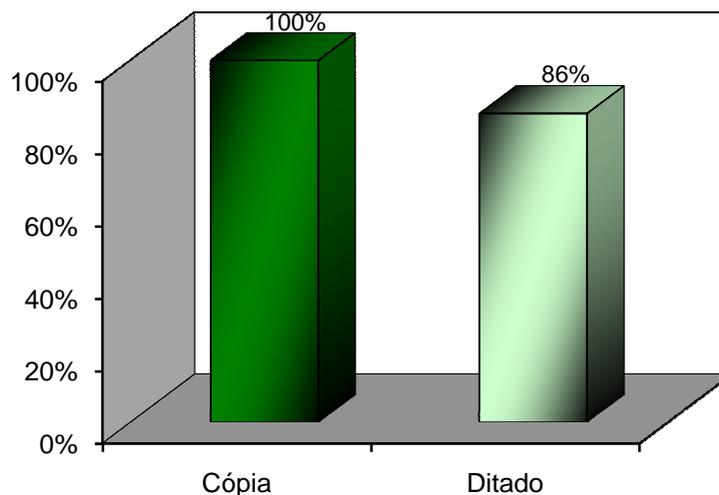


**Legenda:**

CO Total = compreensão oral total  
CE Total = compreensão escrita total

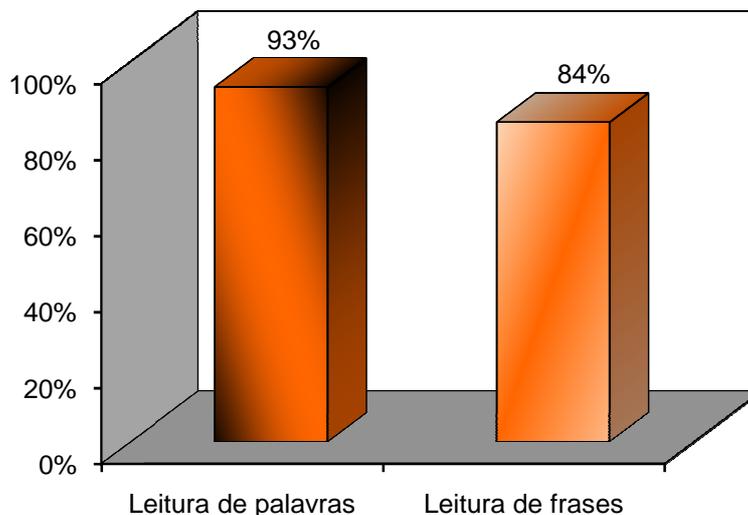
**FIGURA 3** – Média de acertos totais nas provas de compreensão oral e compreensão escrita

Quanto à análise do número de acertos na cópia (100%) e no ditado (86%), pode-se observar na figura 4 que houve diferença entre a média de acertos, corroborando a idéia da cópia como atividade mecânica, que pode prescindir da análise e da compreensão da frase ou texto copiado. Os adolescentes considerados analfabetos tiveram, como esperado, 100% de acerto na cópia e 0% de acerto no ditado.



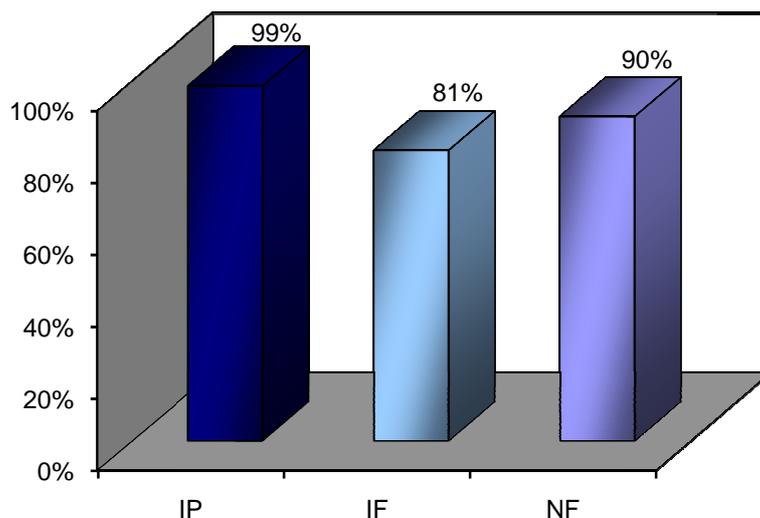
**FIGURA 4** – Média de acertos totais nas provas de cópia e ditado.

No tocante à média de acertos em leitura de palavras (93%) e leitura de frases (84%) (Figura 5), os sujeitos apresentaram desempenho relativamente semelhante.



**FIGURA 5** – Média de acertos nas provas de leitura de palavras e de leitura de frases

A figura 6 demonstra que, quanto à análise de imitação de palavras (99%), a maioria dos sujeitos obteve um desempenho satisfatório. Na imitação de frases (81%), a média de acertos diminuiu em relação à média de acertos de palavras. A análise da prova de nomeação demonstrou um resultado de 90% da média.

**Legenda:**

IP = imitação de palavras

IF = imitação de frases

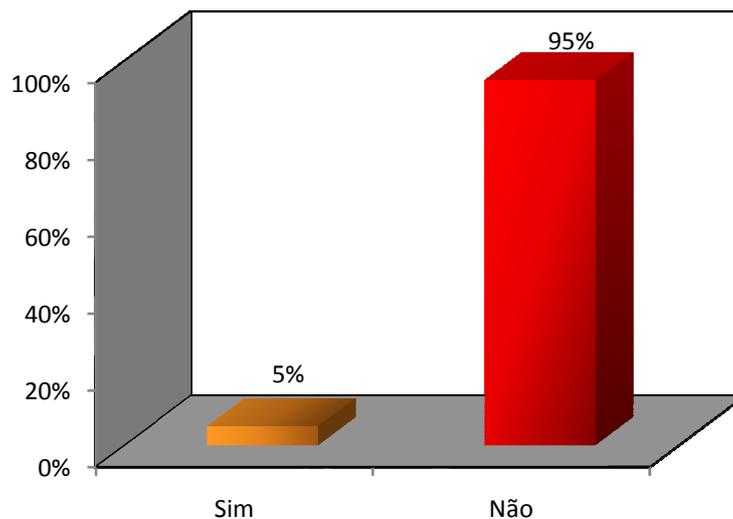
NF = nomeação de figuras

**FIGURA 6** – Média de acertos nas provas de imitação de palavras e frases e nomeação de figuras.

### **Parte 2: Mini Exame do Estado Mental (MMSE).**

Este exame tem como objetivo detectar os indivíduos que possam apresentar alguma dificuldade cognitiva, e todos os sujeitos realizaram satisfatoriamente as atividades propostas, não havendo a ocorrência de alterações cognitivas nos aspectos mensurados pelo teste.

Em relação às respostas do MMSE sobre alfabetização, 38 sujeitos (95%), foram identificados pelo teste como alfabetizados, e dois sujeitos (5%) considerados analfabetos pelo teste (figura 7).



**FIGURA 7** – Porcentagem de sujeitos alfabetizados e analfabetos

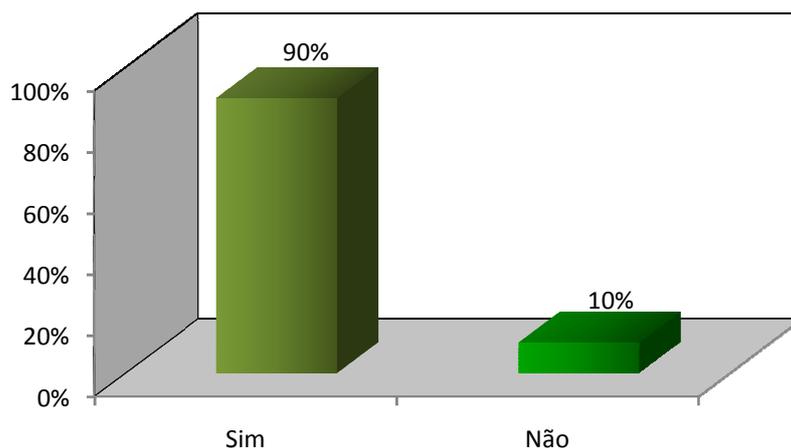
Na análise das respostas sobre trajetória escolar desses dois sujeitos observou-se que, além do abandono escolar, eles também referiram dificuldades escolares.

### **Parte 3: Entrevista Semi-estruturada**

A fim de interpretar as falas dos adolescentes entrevistados, procuramos identificar elementos estruturadores dos discursos, que pudessem ser decompostos em categorias e subcategorias, conformando os eixos de análise dos mesmos, dividindo, assim, a análise em duas categorias: quantitativa e qualitativa, sendo a última dividida em subcategorias. Pretendeu-se buscar os contornos da significação que, em seu conjunto, revelasse as representações construídas, em nível dos discursos, pelo grupo de adolescentes estudados, constitutivos dos modos pelos quais entendem a trajetória escolar; trajetória profissional e os comportamentos infracionais.

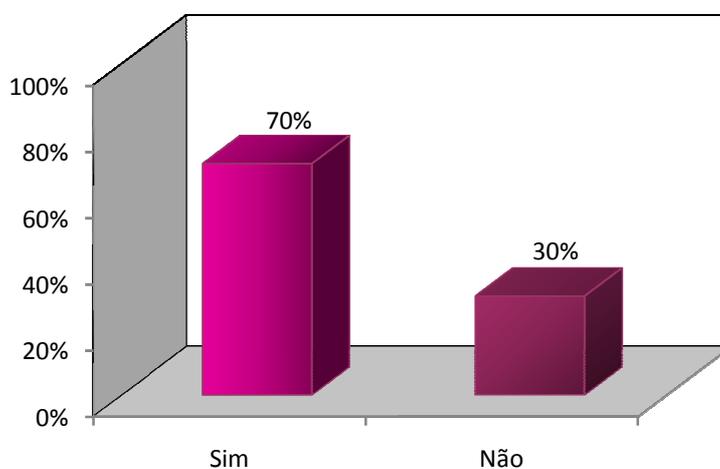
### Resultados Quantitativos:

Quanto à trajetória profissional, observa-se, na figura 8, que 36 sujeitos (90%) tiveram práticas laborais, e quatro sujeitos (10%) nunca trabalharam. Dos sujeitos que nunca trabalharam somente um abandonou a escola.



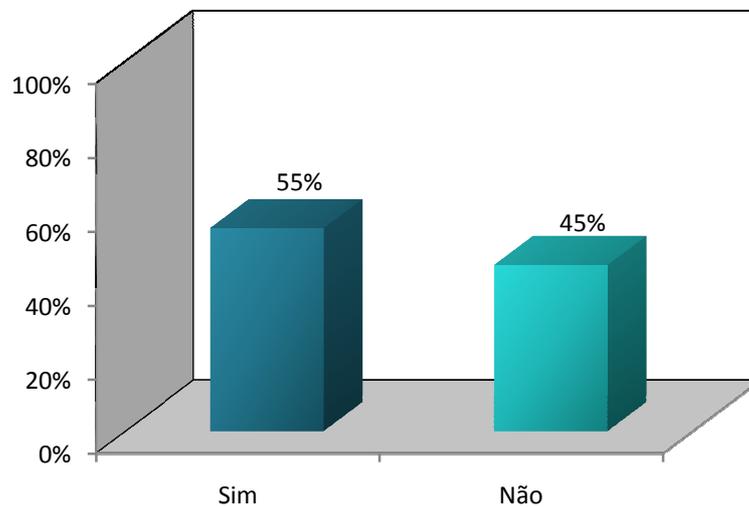
**FIGURA 8** – Porcentagem de indivíduos com e sem práticas profissionais.

No tocante à trajetória escolar, todos os sujeitos relataram já ter freqüentado a escola. Desses sujeitos, 12 (30%) referiram não ter abandonado a escola, e 28 sujeitos (70%) abandonaram, como pode ser observado na figura 9.



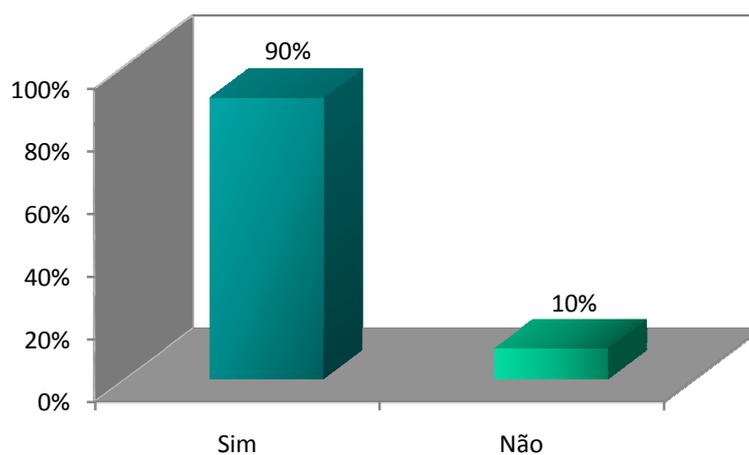
**FIGURA 9** – Porcentagem de sujeitos que abandonaram e que não abandonaram a escola

Quanto às dificuldades escolares, verifica-se na figura 10 que 18 sujeitos (45%) referiram não possuir dificuldades, e 22 sujeitos (55%) referiram apresentar dificuldades escolares.



**FIGURA 10** – Porcentagem dos sujeitos que possuíam ou não dificuldades escolares

Os dados abaixo mostram que quatro sujeitos (10%) referiram não utilizar nenhum tipo de droga, e 36 sujeitos (90%) já utilizaram drogas em alguma fase da adolescência.



**FIGURA 11** – Porcentagem de sujeitos que usaram ou não algum tipo de droga

---

### **Resultados Qualitativos:**

Para análise das entrevistas semi-estruturadas, efetuadas com os sujeitos do estudo, as respostas foram agrupadas e sintetizadas, e serão apresentadas por meio de subcategorias, uma vez que facilitam o entendimento dos dados e, principalmente, delimitam os conteúdos que vieram à tona nos enunciados dos adolescentes.

#### 1- Baixa escolaridade e abandono escolar relacionado com o comportamento infracional

Dos sujeitos que abandonaram a escola, 5 alegaram o abandono por terem sido presos por atos infracionais, como relata o sujeito 6 (16 anos): “estava roubando muito”. Outros 9 sujeitos referiram não gostar de freqüentar a escola, e que isso ajudou a irem para o tráfico de drogas, como explica o sujeito 19 (15 anos): “aos 11 (anos) ia, às vezes, para a escola sob efeito da droga, e aos 13 (anos) ia todo dia”.

Além disso, foi verificado o abandono escolar por expulsão (2 sujeitos) e repetência (4 sujeitos) que, em alguns casos, ocorreram por mais de uma vez.

Os atos infracionais configuram as razões que, em geral, levaram os jovens a abandonarem a escola, pois isso gera um comportamento diferenciado e delinquente também na escola, entrando em conflito com professores e colegas, muitas vezes com atitudes violentas, o que acarretou expulsão da escola em alguns casos. Outros não se adaptaram ao ambiente escolar e passaram a frequentar a escola esporadicamente, até abandonarem definitivamente, facilitando, “o mundo da delinqüência”, em infrações como

---

roubos, tráfico de drogas, entre outras.

Outros sujeitos alegaram abandono por dificuldades escolares, como contaram alguns entrevistados. O Sujeito 05 (16 anos): “a professora escrevia muito rápido e apagava muito rápido. Ia na escola e não entendia nada”. O sujeito 8 (17 anos): “eu não entendia o que a professora explicava”; O sujeito 10 (15 anos): “tinha dificuldade, porque as pessoas não me entendem”. E o sujeito 32 (17 anos): “não queria fazer as atividades da escola, porque tinha dificuldade para aprender a ler”.

Essas dificuldades escolares, quase sempre, isolam esses alunos, e as experiências e conhecimentos que possuem não são valorizados pela escola, tendo como consequência o abandono escolar.

## 2- Percepção sobre dificuldades de integração social no estudo e no trabalho em relação à infração

Muitos dos sujeitos entrevistados abandonaram o emprego em função das condutas infracionais, que os levou à prisão (12 sujeitos), apesar de referirem gostar de trabalhar e de terem tido uma boa experiência no trabalho, 8 sujeitos referiram abandono do trabalho, pela busca de renda melhor. Esses adolescentes referem que a maneira mais fácil de se ganhar dinheiro é trabalhando para o tráfico de drogas.

Ao ser questionado sobre já ter trabalhado alguma vez, o sujeito 10 (15 anos) afirmou: “só no crime”, mostrando a realidade sociocultural destes adolescentes, na qual o “crime” é também considerado uma forma de trabalho.

O sujeito 31 (17 anos), ao ser questionado sobre o motivo do abandono do emprego, respondeu: “não queria obedecer ordens, não queria servir, o

---

gerente mandava e não queria obedecer, aí briguei com ele e ele me mandou embora”.

Dificuldades de adaptação às regras institucionais (escola, trabalho) e de vinculação social, é frequente entre os adolescentes entrevistados. Em busca de um lugar sem regras, o jovem procura no crime a suposta liberdade para ser senhor de seus atos, e para se comunicar por meio da violência.

### 3- Uso de drogas relacionados à marginalidade e à inadaptação social

Como referido na Figura 11, a maioria dos sujeitos pesquisados já utilizou algum tipo de droga em alguma fase da vida. O tráfico de drogas se aproveita da fragilidade social e econômica de crianças e jovens, oferecendo drogas gratuitamente para obter os serviços desses segmentos da população. Estando o jovem na rua, sem trabalho, sem estudo e, muitas vezes, sem o apoio da família, não existe outra forma de reconhecimento e de sobrevivência.

### 4- Dificuldades de comunicação oral e escrita relacionadas aos atos infracionais

Pode-se flagrar aqui, na fala dos sujeitos, as marcas dos sentidos e os enunciados que moldam seus comportamentos e formas de expressão. Não compartilhando a lógica da escola e as regras sociais; sem orientação e apoio familiar, se tornam vulneráveis à marginalidade.

Alguns sujeitos alegaram que não gostam de se sentir à margem, relacionando essa condição também à linguagem. Um deles (sujeito 18, com 16 anos) disse não gostar de “falar na gíria”, considerando-a como dificuldade de fala: “falar na gíria é *mó* ruim, é doença, as pessoas não entendem”. Esse

enunciado explícita, simultaneamente, formas de reconhecimento ou pertencimento e de exclusão: pertencimento em relação a seus pares, e discriminação ou exclusão, pela percepção de que a linguagem que construiu o discrimina em meios sociais mais formais (escola, trabalho, etc.). Tal ambigüidade, quando não pode ser manejada pelo adolescente, pode contribuir com a geração de dificuldades, de vinculação social e, por consequência, de comunicação.



Introduzimos esse trabalho, pontuando que ele consistia no desdobramento de pesquisa anteriormente realizada por Destro e Gurgueira (2008). A ampliação do escopo daquela pesquisa, bem como a redefinição, ainda que parcial, do *design* da investigação, para que se pudesse incluir nela certos aspectos do discurso dos sujeitos pesquisados, fez a dissertação se confrontar com dimensões relacionais e do discurso dos adolescentes infratores que, antes, sequer haviam sido cogitadas.

Tal acontecimento, não apenas permitiu complementar achados da pesquisa de 2008 mas, sobretudo, modificou fortemente a interpretação da linguagem e das dificuldades de linguagem e comunicação feitas àquela época: de uma visão que situava os problemas de linguagem e comunicação como causas, potenciais e/ou reais, de atos e comportamentos infracionais de jovens, *para uma visão que percebe tais dificuldades, na maioria dos casos, como efeitos da constituição sócio-afetiva, em função de condições precárias de acesso, de pertencimento e de circulação social, que não fossem aquelas relacionadas à pobreza (material, afetiva e moral) e à marginalidade.*

Na conversa com os 40 adolescentes infratores da atual pesquisa, a percepção mais aguda é de que não são produtos de uma exclusão social pura e simples, o que parece se passar é talvez mais problemático do que isso: vivem processos de inclusão absolutamente excludentes, ou seja, a grande maioria deles teve alguma escolaridade; uma parte já trabalhou formal e lícitamente; muitos têm famílias presentes, embora com graus de desestruturação relevantes; e todos têm círculos de amigos, mesmo que, em parte, também ligados à marginalidade.

Portanto, não estiveram fora dos espaços sociais próprios à adolescência, mas estes espaços, de formas variadas, não foram capazes de permitir que construíssem destinos pessoais e comunitários, digamos assim, cidadãos. O

malogro das experiências desses jovens produziu, aos olhos deles mesmos e do outro (família, patrões, professores, amigos não infratores, etc.), um grau de desqualificação que impede, com frequência, seu reconhecimento como sujeitos, cidadãos e interlocutores válidos. Se for assim, estão na sociedade, e não excluídos dela, mas como contingente que não conta, a não ser como problema e ameaça.

Os resultados da pesquisa, tanto aqueles dos testes de habilidades metalingüísticas e de habilidades cognitivas, quanto aqueles das entrevistas, corroboram as várias afirmações que acabamos de enunciar, e o fazem por perspectivas diversas. Senão vejamos.

Os testes (Montreal e MMSE) não apontaram distúrbios de linguagem e de cognição na população estudada, embora possam sugerir dificuldades dos adolescentes em adquirir e lidar com dimensões lingüísticas (orais e escritas) mais complexas, o que parece indicar, entre outros aspectos, altos índices de inadaptação escolar; baixo grau de letramento; limitado repertório lingüístico (oral e escrito), em função do acesso restrito aos bens da cultura e da sociedade.

Significa dizer que, ao menos nessa casuística, distúrbios de linguagem ou cognitivos mensuráveis pelos testes utilizados, não podem ser indicados como causas concorrentes dos comportamentos infracionais.

As entrevistas, por sua vez, atribuíram qualidade aos resultados dos testes, uma vez que, ao dar voz aos sujeitos, permitiram observar, ainda que parcialmente, como esses adolescentes se vêem e como representam a si, ao outro e à situação na qual se encontram. São inteligentes para perceber e interpretar suas dificuldades e para avaliar suas infrações. Certamente, carregam traumas, conflitos e desvios de comportamento, mas foram hábeis para sobreviver e para se indignar em face de histórias de vida, em geral, bastante problemáticas e degradantes.

Naturalmente, há adolescentes infratores oriundos de camadas sociais mais favorecidas. Nesses casos, os fatores sócio-familiares, que levaram a comportamentos delinquentes, não incluem a precariedade nas condições materiais, mas igualmente indicam percalços na adaptação social (escolar, familiar, etc.) e na estruturação subjetiva desses sujeitos. Importante mencionar que, em nosso estudo, não há sujeitos de classes sociais mais abastadas, até porque os adolescentes infratores institucionalizados, em sua esmagadora maioria, advêm de camadas pobres ou miseráveis da população. Em face da pobreza (material e subjetiva) de muitas crianças e adolescentes, é possível dizer que, “de alguma forma, a diferença entre uma criança abandonada e uma infratora, é que essa última não se conformou com a pobreza, a miséria e a provocação”, (VICENTIN, 2005, p.202).

A violência, na condição de discurso, de forma de expressão de crianças e adolescentes infratores, evidencia um determinado processo de socialização, no qual, em vez de reconhecimento e de convivência (com conflito, mas também solidariedade), a sociedade instala a lei da força.

Os comportamentos marginais são manifestações ideológicas e de sentido, ainda que precárias. Eles se confrontam, em flagrante desvantagem, com a dissimulação das reais relações de força da sociedade, com seus interesses econômicos, políticos e morais. Essa tensão extrema é a condição de vida dos adolescentes infratores pesquisados; condição que lhes foi, até agora, socialmente reservada. Os adolescentes infratores institucionalizados, como afirma Sader (*apud* Vincentin, 2005, p. 202),

estão situados no espaço vazio entre a institucionalidade liberal e o classismo sindicalista, os milhões de crianças e jovens carentes, abandonados e infratores ficam relegados a uma orfandade política. Situação mais grave ainda pela incapacidade, até aqui, para eles, de se constituírem como sujeitos de suas

próprias lutas. Enquanto outras minorias políticas têm conseguido congregarem-se para assumir sua condição de dominados e discriminados, os menores, junto com os doentes mentais, não foram até agora capazes de dar esse passo emancipador inicial.

É nessa condição que a fuga da realidade e a busca do prazer afastam esses adolescentes das noções de trabalho, de disciplina e de responsabilidade. Nossos dados mostraram que uma grande parcela da população pesquisada já utilizou ou utiliza algum tipo de droga. As drogas parecem habitar esse contexto, primeiro, como formas, ainda que momentâneas, de lazer, de gozo e de alienação das precariedades, às quais se vêm condenados. Não foi nossa intenção avaliar se as drogas prejudicam o aprendizado e o desenvolvimento da linguagem dos adolescentes, mas indicar, em acordo com pesquisas contemporâneas, que o baixo desempenho acadêmico é fator de risco para o uso de drogas e álcool por adolescentes, o que reitera a idéia de fuga da realidade, de dificuldade em assumir e lidar com responsabilidades. No caso dos infratores, soma-se a isso a dificuldade de enfrentar a contradição entre a moral convencional, que se viabiliza na ética do trabalho, e a moral do “mundo do crime”.

Por fim, queremos insistir na idéia de que o comportamento infracional é discurso que, ao mesmo tempo, tenta constituir formas de afirmação pessoal e grupal do adolescente infrator, para se fazer ouvir e para ser incluído, mas também é uma convocação ao outro, um pedido de ajuda em face do desespero e das situações que fogem ao seu controle.

A linguagem vincula os sujeitos e os grupos sociais. Como já dissemos, a aquisição e os usos da linguagem serão sempre permeados pelas potencialidades e pelas perturbações das interações nas quais se constroem. Marginalizados, com uma vida marcada por valores e sentidos frágeis, as formas de aquisição e de

circulação discursivas dos adolescentes infratores pobres estarão marcadas pela degradação e pela opressão, nas quais a desesperança, a frustração e a revolta são ingredientes difíceis de recusar em suas produções discursivas.



Como se pode ver, ao longo da análise dos dados e do suporte teórico aqui empregado, há vários aspectos a serem considerados em possíveis trabalhos fonoaudiológicos com esse tipo de vulnerabilidade social, entre eles, que o discurso dos jovens infratores é cercado por conflitos e ambigüidades. Por isso, é necessário tentar compreender como tais adolescentes falam e como organizam sua lógica discursiva, o que é muito diferente de considerar o discurso desses jovens empobrecido de linguagem e de pensamento.

Se for assim, é absolutamente relevante notar que tais sujeitos afirmam sua presença e sua singularidade também pelos modos de expressão: enunciados, atos e comportamentos. Todos esses modos de expressão são formas de discurso e precisam ser contextualizados e interpretados pelo fonoaudiólogo, não para serem acatados, mas para serem analisados e pensados à luz das possibilidades de re-inserção social e produtiva, naquilo que estiver ao alcance da ação fonoaudiológica com esses grupos.

Pesquisar a linguagem e o discurso de adolescentes infratores institucionalizados traz à tona questões sobre o trabalho fonoaudiológico na promoção à saúde, uma vez que, em nossa pesquisa, os dados não indicaram distúrbios de linguagem (oral e/ou escrita), mas dificuldades e limitações de domínio das dimensões formais e convencionais da oralidade e da escrita, o que produziu diversos problemas escolares, profissionais e de circulação social.

Por essa via, pretende-se atentar para necessidade de se distinguir entre as dificuldades impostas pela inadaptação social, das dificuldades que indicam distúrbios de linguagem específicos, causados ou não pela situação de exclusão e de degradação, às quais os adolescentes pesquisados estão expostos.

Queremos afirmar, ainda, que o olhar do fonoaudiólogo, bem como o dos

demais profissionais da saúde, não deve privilegiar os fatores que fazem esses adolescentes entrarem na atividade criminosa. Diferentemente, o foco das atividades de saúde com esse tipo de população precisa estar voltado àquilo que é necessário fazer para que construam novos destinos pessoais e sociais; destinos que lhes facultem outras escolhas, diferentes daquelas que levaram à marginalidade e aos atos infracionais e/ou criminosos.

Para tanto, nas populações pobres e vulneráveis, as crises, conflitos e ambigüidades próprias à faixa etária estudada, não podem ser entendidas como fadadas à delinqüência, ou pensadas como manifestação, aprioristicamente, patológica, pois quando é assim, entre outros equívocos, perdem-se as potências disruptiva e transgressora, próprias dos jovens, que são necessárias às transformações histórico-sociais e, nas dimensões aqui estudadas, fundamentais à re-integração social, desde que sejam canalizadas para produção do bem-comum e para um desenvolvimento individual produtivo, pessoal e socialmente falando.

No âmbito da Fonoaudiologia, o uso adequado das potencialidades dos jovens depende, entre outros, do acesso e da circulação nas diversas formas do discurso, por meio das quais ampliem o repertório e as competências linguísticas, abrindo horizontes à construção de novos valores e representações (de si e do mundo), o que pode ajudar na conquista de duas condições indispensáveis ao pertencimento social: a condição de sujeito legitimado pelo outro e, por consequência, a condição de cidadão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

---

- ALMEIDA, O. **Mini exame do estado mental e o diagnóstico de demência no Brasil**. Arq Neuropsiquiatr;56:605-612, 1998
- ARTONI, A. L. **Caracterização de narrativas de crianças de 5 e 6 anos: correlações entre episódios e ações**. [dissertação]. São Paulo(SP): Universidade Federal de São Paulo;2001.
- ASHA. **Language based learning disabilities**. Rockville: [on-line]. Disponível em: <[www.asha.org/public/speech/disorders/language-based-learning-disabilities.htm](http://www.asha.org/public/speech/disorders/language-based-learning-disabilities.htm)>. Acesso em: 12 Fev. 2007.
- ASSIS, S. **Traçando caminhos numa sociedade violenta**. A vida dos jovens infratores e seus irmãos não infratores. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1999
- ASSIS, S. G. CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo – a infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001
- ASSIS, S. G. CONSTANTINO, P. **Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina**. Ciênc. saúde coletiva vol.10 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2005.
- ASSIS, S. G. SOUZA, E. R. **Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil**. Ciência & Saúde Coletiva; 4(1):131-144, 1999
- BAILEY, S. **The interface between mental health, criminal justice and forensic mental health services for children and adolescents**. Curr Opin Psychiatry;12:425-32, 1999
- BATISTA, J. P. **Língua e Discurso: expressões multimodais na representação do negro brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010, p.5
- BAUS, J. KUPEK, E. PIRES, M. **Prevalence and risk factors associated with drug use among school students, Brazil**. Rev. Saúde Pública;36(1):40-46, 2002
- BRYAN, K. **Preliminary study of the prevalence of speech and language difficulties in young offenders**. Int J Lang Commun Disord;39; 391–400, 2004
- BRYAN, K. FREER, J. FURLONG, C. **Language and communication difficulties in juvenile offenders**. Int J Lang Commun Disord;42; 505–520, 2006
- CAPUTO, R.K. **Parent religiosity, family processes, and adolescent outcomes**. Families in Society 85(4), 495-510, 2004
- CEOLIN, L. **A construção dos vínculos afetivos e sociais do adolescente em conflito com a lei**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS; 2003
- CHESNAIS, J. C. **La Montee de la Violence Criminelle au Bresil**. Diagnostic et Recommandations Politiques. Fernand Braudel Institute of World Economics, 1996
- CUNHA, M. C. Linguagem e Psiquismo: Considerações Fonoaudiológicas Estritas. In: LIMONGI, S. C. ; BEFI LOPES, D.; FERREIRA, L. P. **Tratado de Fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 2004. p.762-771
- DAVIS, A. D. SANGER, D. D. MORRIS-FRIEHE, M. **Language skills of delinquent and nondelinquent adolescent males**. J Commun Disord;24: 251–66, 1991
- DAVIS, C. TANG, C. KO, J. **The impact of peer, family and school on delinquency**. Internationalizing Social Work Education 47(4), 489-502, 2004

DESTRO, C. M. A. GURGUEIRA, A. L. **Caracterização dos Distúrbios de Linguagem em jovens Infratores Institucionalizados** [Trabalho de Conclusão de Curso]. São Paulo (SP): Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Curso de Fonoaudiologia; 2008

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Diretrizes de Riad. Brasília, DF: Senado, 1990. Lei 8069. Disponível em: <[http://legislacao.planalto.gov.br/nsf/View\\_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/nsf/View_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument)>. Acesso em: 17 set. 2007.

FERRARI, J. L. **Por que es importante el padre?** In J. L. Ferrari (Ed.), *Ser padres en el tercer milenio* (pp. 91-117). Mendoza, Argentina: Ediciones del Canto Rodado 1999.

FOLSTEIN, M. F. FOLSTEIN, S. E. MCHUGH, P. R. **Mini -Mental State**: a practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. *J Psychiatr Res*;12:189 -98, 1975

GARCIA, A. L. M. Fonoaudiologia e letramento. In: DAUDEN ATBC, MORI-DE ANGELIS CC, organizadores. **Linguagem escrita: tendências e reflexões sobre o trabalho fonoaudiológico**. São Paulo: Pancast; 2004. p.15-35

GERALDI, J. W. **Palavras escritas, indícios de palavras ditas**. *Ling. (Dis) curso*;3:9-25, 2003

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4.Ed Rio de Janeiro: Editora LCT, 2008

HIRSCHI, T. **Causes of Delinquency**. Berkeley University of California Press 1969

HOLLIN, C. R. **The social competence of young offenders**: a return to basics. In *Psychology, Law and Criminal Justice: International Developments in Research and Clinical Practice*. McMurrin M, Wilson C (eds). Walter de Gruyter:Berlin;469–84, 1996

HUMBER, E. SNOW, P. C. **The language processing and production skills of juvenile offenders: a pilot investigation**. *Psychiatry, Psychology and Law*; 8:1–11, 2001

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **Pesquisa de gastos do Governo Federal**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.inesc.org.br/conteudo-antigo/portal/biblioteca/publicacoes/boletins/boletim-orcamento-politica-de-crianca-e-adolescente/Boletim%20Politica%20da%20Crianca\\_21\\_jul06.pdf/view?searchterm=gastos%20do%20Governo%20Federal%202005](http://www.inesc.org.br/conteudo-antigo/portal/biblioteca/publicacoes/boletins/boletim-orcamento-politica-de-crianca-e-adolescente/Boletim%20Politica%20da%20Crianca_21_jul06.pdf/view?searchterm=gastos%20do%20Governo%20Federal%202005)>. Acesso em: 16 ago. 2008.

JOHNSON, K. D. WHITBECK, L. B. HOYT, D. R. **Predictors of social network composition among homeless and runaway adolescents**. *Journal of Adolescence*; 28(2), 231-248, 2005

KESSLER, C. S. **Uma reflexão a cerca da visão que os meios de comunicação social constroem sobre jovens infratores de classe subalterna, tendo a educação como importante agente de inserção social**. *UNRevista*; vol.1- 3, 2006

KRUG, E. G. DAHLGERG, L. L. MERCY, J. A. ZWI, A. B. LOZANO, R. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial de Saúde, Genebra, 2002

LEMERT, E. M. **Social Pathology**. McGraw Hill, New York, 1951

- LEMOS, C. T. G. **Teorias da diferença e teorias do déficit**: Os programas de intervenção na pré-escola e na alfabetização. Educação & Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação 7 (20), 75-89, 1985
- LOCKE, A. GINSBORG, J. PEERS, I. **Development and disadvantage**: Implications for the early years and beyond. Int J Lang Commun Disord; 37:3-16, 2002
- LOEBER, R. FARRINGTON, D. P. STOUTHAMER-LOEBER, M. VAN KAMMEN, W. B. **Multiple risk factors for multi-problem boys**: co-occurrence of delinquency, substance use, attention deficit, conduct problems, physical aggression, covert behavior, depressed mood, and shy/withdrawn behavior. In New Perspectives on Adolescent Risk Behavior. Jessor, R. (Ed.) Cambridge University Press: Cambridge; 90–149, 1998
- MENDES, V. L. F. **Uma Clínica do Coletivo**: experimentações no Programa de Saúde da Família. São Paulo: Hucitec, 2007. p.70
- NAISSER, V. L. G. **Relação Corpo e Linguagem**: estudo de caso na clínica fonoaudiológica. 2003. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007
- NAJAINÉ, K. MINAYO, M. C. de S. **Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade**. Ciênc. saúde coletiva vol.7 no.2 São Paulo 2002
- PALLADINO, R. R. R. Desenvolvimento da Linguagem. In: LIMONGI, S. C. ; BEFI LOPES, D.; FERREIRA, L. P. **Tratado de Fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 2004. p.762-771
- PAULA, L. **Adolescentes e o Sistema de Justiça Juvenil**. Revista eletrônica de jornalismo científico. Vol.117, 2010
- PIFFNER, L. J. MCBURNETT, K. RATHOUZ, P. J. **Father absence and familial antisocial characteristics**. Journal of Abnormal Child Psychology; 29(5), 357-367, 2001
- PUTNINS, A. L. **Literacy, numeracy and non-verbal reasoning skills of south Australian young offenders**. Anzhes J; 43:157–71, 1999
- RECKLESS, W. C. **A new theory of delinquency and crime**. Federal Probation;25: 42-46, 1961
- REGO, L.B. **Literatura infantil: uma nova perspectiva da alfabetização na pré-escola**. São Paulo: FTD, 1998.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? FGV, Rio de Janeiro, 2003
- SANGER, D. D. HUX, K. RITZMAN, M. **Female juvenile delinquents' pragmatic awareness of conversational interactions**. J Commun Disord; 32: 281–95, 1999
- SANGER, D. D. CRESWELL, J. W. DWORAK, J. SCHULTZ, L. **Cultural analysis of communication behaviors among juveniles in a correctional facility**. J Commun Disord; 33: 31–57, 2000
- SANTOS, M. T. M. NAVAS, A. L. G. P. **Distúrbios de Leitura e Escrita**: teoria e prática. Barueri: Manole; 2002
- SAWAYA, S. M. **A infância na Pobreza Urbana**: Linguagem Oral e a Escrita da História pelas Crianças. Psicol. USP vol.12 no.1 São Paulo 2001

- SCARAMELLA, L. CONGER, R. SPOTH, R. SIMONS, R. **Evaluation of a social contextual model of delinquency: A cross-study replication.** Child Development; 73, 175-195, 2002
- SILVA, R. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas.** Ática, São Paulo, 1997
- SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socio-educativo. Brasília, DF: Senado, 2006. Disponível em: <[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/arquivos/spdca/sinase\\_integra1.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/sinase_integra1.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2007.
- SNOW, P. C. **Language disabilities, comorbid developmental disorders and risk for drug abuse in adolescence.** Brain Impairment; 1: 2, 165-178, 2000
- SNOW, P. C. POWELL, M. B. **Oral Language Competence, Social Skills and High-risk Boys: What are Juvenile Offenders Trying to Tell us?** Children & Society; 22:16–28, 2008
- SNOW, P. POWELL, M. **What's the story? An exploration of narrative language abilities in male juvenile offenders.** Psychology, Crime and Law; 11: 3, 239-253, 2005
- SNOWLING, M. **Language skills and learning to read: literacy outcomes for children at high-risk of reading difficulties.** In.: DAI - European Conference, 17 abr. 2004, Dublin (Irland). Dublin: Dyslexia Association of Triland. Disponível em: <<http://www.dyslexia.ie/Snowling%20Conference%202004.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2006.
- SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas.** Rev. Bras. Educ. no.25 Rio de Janeiro Jan./Apr. p. 9-17; 2004
- SOUZA, L. A. P. Linguagem e Corpo. In: LIMONGI, S. C. ; BEFI LOPES, D.; FERREIRA, L. P. **Tratado de Fonoaudiologia.** São Paulo: Roca, 2004. p.762-771
- STOUTHAMER-LOEBER, M. WEI, E. LOEBER, R. MASTEN, A. S. **Desistance from persistent serious delinquency in the transition to adulthood.** Development and Psychopathology; 16, 897-918, 2004
- TAVARES, S. F. **Efeitos da internação sobre a psicodinâmica de adolescentes autores de ato infracional** [dissertação]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2001
- TRAVESSO, Y. M. PINHEIRO, V. S. **Adolescência, Saúde e Contexto Social: Esclarecendo Práticas.** IN *Psicologia e Sociedade*; 14 (2), 133-147; jul.-dez. 2002
- VICENTIN, M. C. G. **A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei.** São Paulo: Hucitec, 2005 p.17-60
- WILSON, J. J. HOWELL, J. C. **Comprehensive Strategy for Serious, Violent, and Chronic Juvenile Offenders.** Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, Washington, DC, 1995
- WINDLE, M. MASON, W. A. **General and specific predictors of behavioral and emotional problems among adolescents.** Journal of Emotional and Behavioral Disorders 12(1), 49-61, 2004
- WINDSOR, J. SCOTT, C. M. STREET, C. K. **Verb and noun morphology in the spoken and written language of children with language learning disabilities.** J. Speech Hear. Res., Washington; 43(6):1322-36, 2000

ZALUAR, A. **Gangues, galeras e quadrilhas**: globalização, juventude e violência, pp. 17-57. In H Vianna (org.). Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997



## ANEXO I – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-SP  
SEDE CAMPUS MONTE ALEGRE

Protocolo de Pesquisa nº 090/2010

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Fonoaudiologia  
Orientador(a): Prof.(a). Dr.(a). Luiz Augusto de Paula Souza  
Autor(a): Carla Maria Ariano Destro

**PARECER** sobre o Protocolo de Pesquisa, em nível de Dissertação de Mestrado, intitulado *Estudo sobre a linguagem oral e escrita em adolescentes infratores institucionalizados*

### CONSIDERAÇÕES APROVADAS EM COLEGIADO

Em conformidade com os dispositivos da Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), em que os critérios da relevância social, da relação custo/benefício e da autonomia dos sujeitos da pesquisa pesquisados foram preenchidos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permite ao sujeito compreender o significado, o alcance e os limites de sua participação nesta pesquisa.

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo concluir que o trabalho tem uma linha metodológica bem definida, na base do qual será possível retirar conclusões consistentes e, portanto, válidas.

No entendimento do CEP da PUC-SP, o Projeto em questão não apresenta qualquer risco ou dano ao ser humano do ponto de vista ético.

### CONCLUSÃO

Face ao parecer consubstanciado apensado ao Protocolo de Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – Sede Campus Monte Alegre, em Reunião Ordinária de **03/05/2010**, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº **090/2010**.

Cabe ao(s) pesquisador(es) elaborar e apresentar ao CEP da PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, os relatórios parcial e final sobre a pesquisa, conforme disposto na Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, inciso IX.2, alínea “c”, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), bem como cumprir integralmente os comandos do referido texto legal e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

São Paulo, 10 de maio de 2010.

  
Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho  
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP

## **ANEXO II - Carta de autorização para o responsável da DRM1**

Prezado Senhor Diretor da DRM1- "Fundação Casa",

Tem esta a finalidade de solicitar a autorização de V. Sa para a realização da pesquisa intitulada: **Estudo sobre Linguagem Oral e Escrita em Adolescentes Infratores Institucionalizados**, nas dependências da própria instituição.

Essa pesquisa será realizada pela aluna do Programa de Estudos Pós-graduados em Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (nível Mestrado) Carla Maria Ariano Destro, RG 28915941-6, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Augusto de Paula Souza.

O objetivo do estudo é verificar e caracterizar a relação de violência e comunicação oral e/ou escrita em jovens infratores institucionalizados quanto ao nível de escolaridade, trajetória profissional, saúde geral e a prevalência das dificuldades de comunicação.

Serão avaliados todos os adolescentes do sexo masculino, entre quinze e dezoito anos internos na Unidade UI25 – Rio Negro do complexo de Franco da Rocha. Farão parte do estudo todos os sujeitos internos que concordarem participar da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento.

Para a coleta de dados, será realizada uma entrevista semi-estruturada através de um roteiro de Saúde Geral e Trajetória Escolar e Profissional a cada sujeito. Após a aplicação do roteiro, os sujeitos serão submetidos aos testes de linguagem oral e escrita, que serão gravados em pela própria examinadora em uma única sessão. A avaliação será aplicada no próprio ambiente institucional.

Fica claro que a participação é voluntária, não sendo o interno obrigado a responder as solicitações se não quiser, mesmo que este já tenha assinado o consentimento de participação. O interno poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, se assim desejar, e isto não trarão prejuízos ao trabalho.

Em hipótese alguma o participante será identificado. A identificação será apenas de conhecimento do examinador, que nada revelará, por questões éticas. Os dados de cada participante serão mantidos em sigilo absoluto e serão analisados em conjunto com os de outros sujeitos e não serão divulgados isoladamente.

A pesquisadora não pagará nenhum valor em dinheiro ou qualquer outro bem pela participação do interno. Não haverá despesas para os participantes e seus responsáveis e nem para a instituição. Ao final do trabalho será apresentado à instituição um relatório, com os resultados gerais obtidos na pesquisa.

Não existem riscos ou desconfortos associados com este projeto. Os resultados podem ajudar os pesquisadores a verificar se os distúrbios de comunicação são fatores de risco para o aumento da criminalidade entre os jovens.

A instituição e os internos ou responsáveis poderão esclarecer suas dúvidas durante toda a pesquisa com a pesquisadora Carla Maria Ariano Destro. Os pesquisadores responsáveis comprometem-se a utilizar os dados coletados somente para fins de pesquisa.

São Paulo, Fevereiro de 2010.

---

**Fga. Carla Maria Ariano Destro**  
Fonoaudióloga  
Programa de Estudos Pós Graduados em  
Fonoaudiologia – Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC/SP)

## Consentimento

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o “**Estudo sobre Linguagem Oral e Escrita em Adolescentes Infratores Institucionalizados**”.

Eu discuti com a pesquisadora, Carla Maria Ariano Destro, sobre a minha decisão em permitir a participação dos meus internos no estudo. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a participação da instituição é isenta de despesas. Permito que o estudo seja realizado, conforme o que já me foi explicado e discutido.

---

Nome do responsável pela instituição

Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Assinatura do responsável pela instituição

Nome:

Endereço:

RG.

Fone: ( )

---

**Fga. Carla Maria Ariano Destro**

Pesquisadora

Programa de Estudos Pós Graduated em  
Fonoaudiologia – Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC/SP)

---

**Fgo. Dr. Luiz Augusto de Paula Souza**

Orientador

Professor Titular da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC/SP)

## **ANEXO III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar como sujeito da pesquisa intitulada “**Estudo sobre Linguagem Oral e Escrita em Adolescentes Infratores Institucionalizados**”, realizada pela aluna do Programa de Estudos Pós-graduados em Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (nível Mestrado) Carla Maria Ariano Destro, sob a orientação da Prof. Dr. Luiz Augusto de Paula Souza.

O objetivo do estudo é verificar e caracterizar a relação de violência e comunicação oral e/ou escrita em jovens infratores institucionalizados quanto ao nível de escolaridade, trajetória profissional, saúde geral e a prevalência das dificuldades de comunicação.

Serão avaliados todos os adolescentes do sexo masculino, entre quinze anos e dezoito anos na Unidade UI25 – Rio Negro do complexo de Franco da Rocha. Farão parte do estudo todos os sujeitos internos que concordarem participar da pesquisa, mediante assinatura deste.

Caso você aceite participar do estudo, você deverá responder a uma entrevista semi-estruturada através de um roteiro de Saúde Geral e Trajetória Escolar e Profissional além de realizarem testes de fala e escrita que serão gravados pela própria examinadora em uma única sessão. A avaliação será aplicada no próprio ambiente institucional.

Fica claro que a sua participação é voluntária, não sendo obrigado a responder as solicitações se não quiser, mesmo que você já tenha assinado o consentimento de participação. Se desejar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento e isto não trará nenhum prejuízo ao trabalho.

Em hipótese alguma o participante será identificado. Os dados de cada participante serão mantidos em sigilo, sendo apenas de conhecimento do examinador, que nada revelará, por questões éticas. Não serão divulgados dados de nenhum paciente isoladamente.

A pesquisadora não pagará nenhum valor em dinheiro ou qualquer outro bem pela participação do interno. Não haverá despesas para os participantes e seus responsáveis ou para a instituição, pois os internos serão avaliados dentro do próprio ambiente.

Não existem riscos ou desconfortos associados com este projeto. Os resultados podem ajudar os pesquisadores a verificar se os distúrbios de comunicação são fatores de risco para o aumento da criminalidade entre os jovens. Ao final do trabalho será apresentado à instituição um relatório, com os resultados gerais obtidos na pesquisa.

O interno poderá esclarecer suas dúvidas durante toda a pesquisa com a pesquisadora Carla Maria Ariano Destro. Os pesquisadores responsáveis comprometem-se a utilizar os dados coletados somente para fins de pesquisa.

## Consentimento

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo "**Estudo sobre Linguagem Oral e Escrita em Adolescentes Infratores Institucionalizados**".

Eu discuti com a pesquisadora, Carla Maria Ariano Destro, sobre a minha decisão em participar do estudo. Ficaram claros quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e estou ciente que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

---

Assinatura do participante

Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste interno para a participação neste estudo.

---

**Fga. Carla Maria Ariano Destro**  
Pesquisadora  
Programa de Estudos Pós Graduated em  
Fonoaudiologia – Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC/SP)

---

**Fgo. Dr. Luiz Augusto de Paula Souza**  
Orientador  
Professor Titular da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo (PUC/SP)

## ANEXO IV – Roteiro de Entrevista

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data de Nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / 200\_\_.

Trajetória Escolar:

- 1- Já frequentou a escola regular?
- 2-Começou a estudar com quantos anos?
- 3- Até que série estudou?
- 4-Frequentava a escola ultimamente?
- 5- Porque abandonou a escola?
- 6-Isto tem a ver com as infrações cometidas?
- 7- Possuía dificuldades para aprendizagem?
- 8-Ao que atribui suas dificuldades?
- 9-Quais dificuldades?
- 10-Qual (is) matéria(s)?
- 11-Tinha/Tem dificuldades de fala?
- 12-Quais? Pó que acha que elas ocorreram?
- 13- Você acha que sabe ler e escrever?

Trajetória Profissional:

- 1- Você já trabalhou?
- 2-Como foram às experiências?
- 3- Por quanto tempo?
- 4- Aonde foi seu último emprego?
- 5- Porque saiu do emprego?

Saúde Geral:

- 1-Tem algum problema de saúde?
- 2-Qual (is)?
- 3-Toma medicação?
- 4-Qual (is)?
- 5-Já usou drogas? Sim\_\_\_\_\_ Não\_\_\_\_\_

6-Quais?

7- Por quanto tempo?

8- Com quantos anos?

9- Frequentou algum programa de tratamento para dependente de drogas? O que achou?

10- Em qual idade?

Por quanto tempo?

11- Você acha que ouve bem?

12- Se não, quando percebeu? E como

13- Você acha que enxerga bem?

14- Você relaciona alguma dificuldade de saúde ou escolar aos atos infracionais que praticou?

## ANEXO V – Mini-Exame do estado mental

### Mini Mental State Examination (MMSE)

#### 1. Orientação (1 ponto por cada resposta correcta)

Em que ano estamos? \_\_\_\_\_  
Em que mês estamos? \_\_\_\_\_  
Em que dia do mês estamos? \_\_\_\_\_  
Em que dia da semana estamos? \_\_\_\_\_  
Em que estação do ano estamos? \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

Em que país estamos? \_\_\_\_\_  
Em que distrito vive? \_\_\_\_\_  
Em que terra vive? \_\_\_\_\_  
Em que casa estamos? \_\_\_\_\_  
Em que andar estamos? \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

#### 2. Retenção (contar 1 ponto por cada palavra correctamente repetida)

"Vou dizer três palavras; queria que as repetisse, mas só depois de eu as dizer todas; procure ficar a sabê-las de cor".

Pêra \_\_\_\_\_  
Gato \_\_\_\_\_  
Bola \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

#### 3. Atenção e Cálculo (1 ponto por cada resposta correcta. Se der uma errada mas depois continuar a subtrair bem, consideram-se as seguintes como correctas. Parar ao fim de 5 respostas)

"Agora peço-lhe que me diga quantos são 30 menos 3 e depois ao número encontrado volta a tirar 3 e repete assim até eu lhe dizer para parar".

27\_ 24\_ 21\_ 18\_ 15\_

Nota: \_\_\_\_\_

#### 4. Evocação (1 ponto por cada resposta correcta.)

"Veja se consegue dizer as três palavras que pedi há pouco para decorar".

Pêra \_\_\_\_\_  
Gato \_\_\_\_\_  
Bola \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

#### 5. Linguagem (1 ponto por cada resposta correcta)

a. "Como se chama isto? Mostrar os objectos:

Relógio \_\_\_\_\_  
Lápis \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

b. "Repita a frase que eu vou dizer: O RATO ROEU A ROLHA"

Nota: \_\_\_\_\_

c. "Quando eu lhe der esta folha de papel, pegue nela com a mão direita, dobre-a ao meio e ponha sobre a mesa"; dar a folha segurando com as duas mãos.

Pega com a mão direita \_\_\_\_\_

Dobra ao meio \_\_\_\_\_

Coloca onde deve \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

\*d. "Leia o que está neste cartão e faça o que lá diz". Mostrar um cartão com a frase bem legível, "FECHE OS OLHOS"; sendo analfabeto lê-se a frase.

Fechou os olhos \_\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

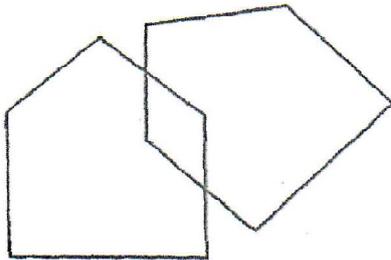
e. "Escreva uma frase inteira aqui". Deve ter sujeito e verbo e fazer sentido; os erros gramaticais não prejudicam a pontuação.

Frase:

Nota: \_\_\_\_\_

**6. Habilidade Construtiva (1 ponto pela cópia correcta.)**

Deve copiar um desenho. Dois pentágonos parcialmente sobrepostos; cada um deve ficar com 5 lados, dois dos quais intersectados. Não valorizar tremor ou rotação.



Cópia:

Nota: \_\_\_\_\_

TOTAL(Máximo 30 pontos): \_\_\_\_\_

**Considera-se com defeito cognitivo:**

- analfabetos  $\leq 15$  pontos
- 1 a 11 anos de escolaridade  $\leq 22$
- com escolaridade superior a 11 anos  $\leq 27$

## ANEXO VI - Teste Montreal – Toulouse, Módulo Standart Inicial, Versão Alpha

### Teste Montreal - Toulouse

#### Notação da prova de compreensão oral das palavras

A canalização não foi obtida ( )					
1ª prancha	mala	bolsa	bala	maço	outra
2ª prancha	espada	revólver	escada	lápiz	outra
3ª prancha	mão	pé	pão	folha	outra
4ª prancha	pente	cabelo	ponte	ancinho	outra
5ª prancha	faca	prato	vaca	fósforo	outra
Nota					

#### Notação da prova de compreensão oral das frases simples

A canalização não foi obtida ( )				
1ª prancha	O homem come	O homem bebe	A mulher come	A mulher bebe
2ª prancha	A menina anda	A menina corre	O menino anda	O menino corre
3ª prancha	O cachorro dorme	O cachorro brinca	O gato dorme	O gato brinca
Nota				

#### Notação da prova de compreensão oral das frases complexas

A canalização não foi obtida ( )				
1ª prancha	O cavalo puxa o menino	O menino segue o cavalo	O menino puxa o cavalo	O cavalo segue o menino
2ª prancha	O cachorro segue a mulher e o carro	A mulher segue o cachorro e o carro	O carro segue a mulher e o cachorro	A mulher e o cachorro seguem o carro
3ª prancha	O pequeno empurra o grande na cadeira	O pequeno empurra a cadeira no grande	O grande empurra o pequeno na cadeira	O grande empurra a cadeira no pequeno
Nota				

#### Notação da prova de compreensão das palavras escritas

A canalização não foi obtida ( )					
1ª prancha	lata	vasilha	cata	barril	Outra
2ª prancha	bolo	sorvete	bolo	pneu	outra
3ª prancha	ovo	galinha	osso	bola tênis	outra
4ª prancha	rosa	outra flor	roda	sino	outra
5ª prancha	bola	rede	mola	novelo	outra
Nota					

#### Notação da prova de compreensão das frases simples escritas

A canalização não foi obtida ( )				
1ª prancha	A mulher escreve	O homem lê	A mulher lê	O homem escreve
2ª prancha	O cachorro brinca	O cachorro dorme	O gato brinca	O gato dorme
3ª prancha	O caminhão desce	O caminhão sobe	O trem desce	O trem sobe
Nota				

### Notação da prova de compreensão das frases complexas escritas

A canalização não foi obtida ( )				
1ª prancha	O cachorro puxa a menina	A menina puxa o cachorro	O cachorro segue a menina	A menina segue o cachorro
2ª prancha	O ônibus segue o menino e o cavalo	O menino segue o cavalo e o ônibus	O cavalo segue o menino e o ônibus	O cavalo e o ônibus seguem o menino
3ª prancha	O gordo empurra o magro na cadeira	O gordo empurra a cadeira no magro	O magro empurra o gordo na cadeira	O magro empurra a cadeira no gordo
Nota				

### Notação das provas de cópia e ditado

Supressão da escrita (ou estereotipia) ( )
O s. escreve com a mão direita ( ) ou esquerda ( )

### Cópia

A canalização não foi obtida para cópia( )			
Avaliação do grafismo N + ++			
1	O	N +	Dis
	trem	N +	Dis
	é	N +	Dis
	veloz	N +	Dis

O TREM É VELOZ

---

### Ditado

A canalização não foi obtida para o ditado ( )			
Avaliação do grafismo N + ++			
1	quintal	N +	Dis
2	trovão	N +	Dis
3	mancha	N +	Dis
4	As	N +	Dis
	peras	N +	Dis
	são	N +	Dis
	verdes	N +	Dis

### Notação da prova de leitura em voz alta

A canalização não foi obtida ( )			
Avaliação da realização fonética			N + ++
1	Pé	N +	Pm
2	Cruz	N +	Pm
3	Bola	N +	Pm
4	Colchão	N +	Pm
5	Cinema	N +	Pm
6	Construção	N +	Pm
7	Gasolina	N +	Pm
8	Complicação	N +	Pm
9	O avião foi embora	N +	Pm
10	Aquele gato branco do	N +	Pm
11	Nós vamos vê-la se você	N +	Pm

### Notação da prova de repetição de palavras e frases

A canalização não foi obtida ( )			
Avaliação da realização fonética			N + ++
1	pá	N +	Pm
2	trem	N +	Pm
3	pato	N +	Pm
4	pratos	N +	Pm
5	cavalo	N +	Pm
6	cruzeiros	N +	Pm
7	sabonete	N +	Pm
8	embarcação	N +	Pm
9	O céu está azul	N +	Pm
10	O cachorro preto grande	N +	Pm
11	Nós lhe daremos, desde	N +	Pm

### Notação da prova de nomeação

A canalização não foi obtida ( )			
Avaliação da realização fonética			N + ++
1	pentecoste	N +	Vb -
2	sino	N +	Vb -
3	orelha	N +	Vb -
4	violão	N +	Vb -
5	cachimbo	N +	Vb -
6	banana	N +	Vb -
7	faca	N +	Vb -
8	gato	N +	Vb -
9	rabo	N +	Vb -
10	garras	N +	Vb -
11	bigode	N +	Vb -
12	olhos	N +	Vb -
Nota		Total (Vb)	
		Total (-)	